

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM OITO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE** -----

----- **ATA NÚMERO OITENTA** -----

----- Aos oito dias do mês de Setembro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo,

Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Artur David Cunha Reis, Renata Andreia Lajas Custódio, Francisco Alves da Silva Ramos, Carla e Silva Rothes Ladeira, Maria Helena Forbes de Bessa Lencastre, Luís Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Ricardo Santos e Gabriel Maria Baptista Fernandes.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Maria Elisa Madureira de Carvalho. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputada Municipal Carla Rothes.-----

----- Pedro Delgado Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Lumiar, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Artur David Cunha Reis.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Santos.-----

----- Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Belém, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria Helena Forbes de Bessa Lencastre. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

----- Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos.-----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Renata Andreia Lajas Custódio.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato o Deputado Municipal Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura durante o período compreendido entre 7 de setembro e 31 de outubro de 2015, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro,

com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 25/2015, de 8 de setembro de 2015, foram justificadas as faltas dos Deputados Municipais: Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves (PSD) e António Modesto Fernandes Navarro (PCP) na 78ª Reunião da AML (49ª Sessão Extraordinária), realizada em 21 de julho de 2015;-----

----- Na 71ª. Reunião da AML (44ª. Sessão Extraordinária) de 2 de junho de 2015, foi injustificada a falta à seguinte Senhora Deputada Municipal: Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS).-----

----- Na 65ª. Reunião da AML (39ª. Sessão Extraordinária) de 21 de abril de 2015, foram injustificadas as faltas aos seguintes Senhores Deputados Municipais: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS) e Luís António Vian Costa (PS), representante legal, em substituição da Presidente de Junta de Santa Clara.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Manuel Salgado (em representação do Sr. Presidente da Câmara), Graça Fonseca, João Paulo Saraiva, Carlos Castro, Paula Marques, Jorge Máximo e João Afonso.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Alexandra Duarte, João Gonçalves Pereira, João Bernardino e Paulo Quaresma.-----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de dar a palavra ao público inscrito, temos três pessoas inscritas.-----

----- Informar os Senhores Deputados que temos uma renúncia ao mandato do Senhor Deputado John Baker e uma prorrogação de suspensão de mandato do Senhor Deputado Telmo Correia.-----

----- Oh Senhores Deputados eu pedi silêncio por favor, peço silêncio e que ocupem os vossos lugares.-----

----- Vamos em primeiro lugar proceder a estas diligências necessárias. A verificação da identidade e legitimidade dos Senhores Deputados que vêm substituir, respetivamente, o Senhor Deputado Vasco Miguel Ferreira dos Santos que vêm substituir o Senhor Deputado Municipal John Baker, já está presente e a quem dou as boas-vindas e, o Senhor Deputado João Diogo Santos Moura que vem substituir o Senhor Deputado Telmo Correia, não o vejo ainda aqui, mas de qualquer maneira a sua identidade é conhecida da assembleia, já não é a primeira vez que ele substitui, portanto, estamos em condições de prosseguir os nossos trabalhos.-----

----- Tem sido prática desta Assembleia não suscitar qualquer espécie de deliberação sobre estas matérias, a renúncia é um direito de todos os Senhores Deputados e o pedido de suspensão tem de ser apreciado. Portanto, a Mesa interpreta que se ninguém suscita qualquer incidente, é porque não há objeções e a suspensão está concedida e autorizada e a renúncia, naturalmente, também reconhecida e devidamente

processada. Depois o Senhor Deputado Vasco Miguel terá que assinar o termo de posse que os serviços lhe farão chegar. -----

----- Posto isto, Senhores Deputados eu ia-vos pedir excecionalmente hoje antes de começarmos com as intervenções, um minuto de silêncio. A dimensão das tragédias a que temos vindo a assistir nas últimas semanas, relativamente aos refugiados, é enorme e penso que esta Assembleia Municipal, independente daquilo que hoje vamos discutir e votar sobre o mesmo assunto, deve desde já assinalá-lo com um minuto de silêncio, portanto, eu pedia a todos um minuto de silêncio.”-----

----- (Neste momento a Assembleia Municipal prestou um minuto de silêncio pela dimensão da tragédia a que se tem vindo a assistir, relativamente aos refugiados e migrantes oriundos de várias regiões do continente Africano e Médio Oriente que demandam a Europa em busca de paz e sobrevivência.)-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados. -----

----- Mais uma informação que vos quero dar e que é o seguinte.-----

----- Nós hoje além das declarações políticas temos algumas propostas, nomeadamente, a Proposta nº 342/CM/2015 que é sobre o direito de superfície a favor da Associação de Turismo de Lisboa, relativo a uma parcela de terreno no Parque Eduardo VII e ao Pavilhão Carlos Lopes. -----

----- Esta proposta já esteve agendada, foi adiada a pedido do PSD para se obter mais elementos e mais explicações. Ficámos de obter explicações diretamente da Associação de Turismo de Lisboa, e aqui eu tenho que dar conhecimento à Assembleia Municipal que veio uma carta da ATL a informar que tinha sido apreciada a proposta da Câmara na direção da associação e que tinha sido aprovada e a juntar o Plano de Exploração do Pavilhão Carlos Lopes, que era um dos elementos que tinha sido considerado por algumas forças políticas em falta neste processo. -----

----- Por deficiência do meu gabinete esta documentação chegou à Assembleia em Agosto, só chegou ao meu conhecimento hoje e, portanto, eu não a pude distribuir previamente nem dar conhecimento na Conferência de representantes, pela simples razão que não me chegou à minha mão. Houve aqui um erro do meu gabinete, sobre o qual eu já tomei providências e que peço desculpa porque a responsabilidade, naturalmente, dos erros do meu gabinete é minha. Peço desculpa aos Senhores Deputados. -----

----- Seja como for, já mandei distribuir o documento por todas as forças políticas e quando chegarmos ao referido ponto na ordem de trabalhos, medirão se há condições para o discutir ou não, porque podem precisar de mais tempo para analisar o documento, os Senhores Deputados dirão, cada força política de sua justiça. Há um parecer aprovado, isto está agendado, agora, o juízo já me ultrapassa uma vez que este documento já devia ter sido entregue e só o consegui fazer distribuir hoje, agora no início desta sessão.-----

----- Portanto, queria dar conhecimento disto. -----

----- Posto isto, vamos dar entrada na nossa ordem de trabalhos de hoje. É uma sessão dedicada a declarações políticas e temos depois vários documentos para votar no fim. -

----- Informo também que há uma recomendação do PEV que foi retirada, que era a Recomendação 1/80, sobre o Dia Internacional da Paz, para ser reformulada, será agendada na próxima semana. Foi retirada, portanto, sobram as outras quatro moções e uma recomendação do BE. -----

----- Informo ainda que das quatro moções, há uma moção que é do BE, que deu entrada 34 minutos depois do prazo. A Mesa admitiu-a, se houver alguma objeção também os Senhores Deputados dirão, uma vez que houve alteração nestes prazos com a entrada em vigor das alterações ao regimento. E, portanto, era o primeiro dia que estávamos com os novos prazos, a Mesa entendeu que poderia ter essa tolerância, mas o Senhores Deputados estão naturalmente livres de entender o contrário e de contestar esta decisão. -----

----- Portanto, sendo assim, vamos entrar no período das declarações políticas, peço desculpa, antes das declarações políticas há um período de intervenção aberto ao público e temos público inscrito. -----

----- Informa-me aqui os serviços que o Senhor José Jesus Dias desistiu, portanto, das três pessoas inscritas a primeira e a segunda pessoa não vieram. Está a Senhora Ana Maria Luz que nos vem falar sobre economia e empreendedorismo e, portanto, naturalmente vamos dar-lhe a palavra. -----

----- Se entretanto alguma das outras pessoas chegar, os serviços far-me-ão essa indicação para lhe dar a palavra a seguir.” -----

#### ----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Ana Maria Luz**, residente em Rua de Arroios, 164, 6º DTO, 1000-061 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Ora eu gostaria de desejar boa tarde a toda a gente que esteja aqui presente quer na Assembleia, quer aqui no Executivo. -----*

----- *É a primeira vez que eu venho intervir na Assembleia Municipal, já tenho feito outras intervenções como munícipe em sessões do Executivo Camarário, portanto, abertas ao público. -----*

----- *Hoje eu venho falar de algo que na minha perspetiva para que causa alguma alergia à nossa classe política, que é falarmos das empresas. Dá-me a sensação que a classe política portuguesa tem medo dos empresários, parece que os empresários mordem. -----*

----- *E há até quem diga que vai criar empregos, que vão criar, que criam empregos, portanto, eu não sabia que era com uma varinha mágica que a classe política criava empregos. Isso seria ótimo, mas parece-me que não é bem assim. -----*

----- *Portanto, como tal, eu vinha falar sobre empreendedorismo. -----*

----- *Toda a gente fala em empreendedorismo, inovação, só que, entre a retórica e a aplicação prática, a materialização deste princípio, há uma grande distância aqui na nossa terra e vou dar alguns exemplos. -----*

----- *Portanto, fala-se na política verde, exatamente. Reparem, temos que pensar numa coisa, é que os empresários que se deslocam, portanto, as empresas que estão baseadas na nossa cidade, fazem negócio na nossa cidade e que se deslocarem de um lado para o outro para falar com os clientes, levar materiais, eu acho que não os*

*podem levar, os agentes comerciais, numa mochilazinha nos transportes públicos, portanto, precisam de um carro comercial para se deslocarem quer com rapidez, quer para levar os materiais, portanto, se houvesse de facto uma defesa do empreendedorismo havia, teria que haver um certo cuidado no estacionamento, naquilo que as empresas gastam quando têm que estacionar o seu veículo comercial. E quando se vai para os parques da EMEL, basta estar lá uma tarde e paga-se 15€, para nós é muito.*-----

----- *Ora, para além disto, o que nós vínhamos pedir é alguma atenção para os carros comerciais, porque um carro comercial não é objeto de luxo para as empresas, é um asset das empresas para fazer negócio e que houvesse um benefício para as empresas nesse tocante.*-----

----- *Também relativamente às empresas tecnológicas novas com menos de cinco anos, como sabem, quem está dentro disto sabe perfeitamente, qualquer empresa tecnológica, verdadeiramente tecnológica, não estou a falar das aplicações de telemóveis, estou a falar verdadeiramente tecnológica, tem que ter um património, portanto, equipamento que é muito dispendioso, é muito caro. No início essas empresas têm um grande investimento que requer muito dinheiro, e portanto, durante os primeiros cinco anos não fazem dinheiro, e portanto, também alguma atenção pelo Executivo Camarário em que de facto...*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“É só para chamar a atenção que terminou o seu tempo, mas conclua.*-----

----- *Abrevie, não há problema, nós temos um pouco de tolerância.”*-----

----- **A Senhora Ana Maria Luz** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- *“Os impostos camarários que as empresas pagam que fossem também diminuídos.*-----

----- *Outra questão também é os grandes projetos. Entre os grandes projetos dou dois exemplos, a construção do terminal para os barcos de recreio, que nós temos, agora há um grande projeto aqui em Lisboa, e também, pensa-se na zona do Saldanha haver uma alteração naquela zona de modo a plantar árvores, tudo isso implica uma alteração.*-----

----- *E porque não chamar as empresas tecnológicas novas? Não! Vamos sempre chamar as que já estão no mercado há muitos anos, que são sempre as mesmas.*-----

----- *As empresas tecnológicas novas nunca são chamadas e isso no também tocante à consultoria, só se encomenda, a Câmara encomenda consultoria sempre às mesmas empresas. Empresas que até fazem trabalhos do Século XIX, não estão tão bem equipadas, nem têm conhecimentos, nem estão qualificadas, não têm consultores qualificados como têm outras pequenas empresas tecnológicas. Mas não, essas são desprezadas, ninguém lhes liga nenhuma, não se compreende porque é que o Executivo Camarário não fala com estes jovens empresários. Essas empresas...*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Eu pedia-lhe por favor para concluir, uma vez que continuamos.”*-----

----- **A Senhora Ana Maria Luz** prosseguiu a sua intervenção:-----

----- *“Não sabia que havia limite.*-----

----- *Portanto, porque é que não se fala com estes jovens empresários?*-----  
----- *Não, vamos sempre para o Eduardo Mateus, para a Deloitte, nós chamamos, Eduardo Mateus e Deloitte não têm conhecimentos técnicos, vão apenas...é o que nós chamamos, é o consultor do ar-condicionado e depois da net. E depois telefonam a estas empresas que têm o tal conhecimento tecnológico, inquiridos para saber, porque na realidade como não têm os conhecimentos porque não estão no terreno, servem-se dos conhecimentos destes jovens empresários para depois receber, fazer os seus projetos e receber.*-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Eu peço imensa desculpa, mas já terminou de facto o seu tempo há um pouco. Tem sempre oportunidade de, se entender, deixar um documento escrito ou enviar uma carta mais desenvolvida com aquilo que pretendia dizer, para não ficar impedida de dizer o que queria dizer, mas temos que cumprir o regimento.”-----

----- **A Senhora Ana Maria Luz** questionou:-----  
----- “*Ora bem. E dirigimo-nos a quem? Aqui à Assembleia? Dirigimo-nos à Assembleia?*”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Pode dirigir à Senhora presidente, que sou eu neste caso, e eu depois faço chegar à Câmara.-----

----- Pergunto se mais alguma das pessoas que estava inscrita se compareceu entretanto?-----

----- Não vejo sinal é porque não é o caso.”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 1 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES E VOTAÇÕES.**-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----  
----- “Vamos começar com as declarações políticas, eu peço à Senhora Segunda Secretária para dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção-----

----- “Nesta sessão de declarações políticas os Deputados Independentes querem abordar a questão dos refugiados que neste momento buscam a Europa na tentativa de escapar à morte, guerra e à miséria que grassa nos territórios de onde vieram.-----

----- As imagens e os números multiplicam-se na mesma medida do desespero de quem foge à procura de segurança e pão para si e para os seus. Pessoas como qualquer um de nós, professores, artistas, médicos, jornalistas, cientistas, agricultores, estudantes, pais, mães, filhos, pessoas. Pessoas que se confrontam com a desgraça de ficar entre a incerteza do desconhecido e o partir, a necessidade de partir.-----

----- A história, como todos os ciclos, pressupõe a retirada de lições e aprendizagens, mas passados 70 anos sobre um dos períodos mais conturbados da Europa, estamos a assistir a imagens aparentemente não mais possíveis num continente desenvolvido ou dito desenvolvido, como se de um déjà-vu se tratasse.-----

----- A criação de muros e práticas que lembram os campos de concentração de outrora, são os sinais claros de que o sonho de solidariedade e humanismo europeu colapsa face à necessidade de salvaguardar a dignidade humana. E ao marasmo e passividade inicial do governantes europeus, de resto à semelhança das últimas décadas de mortes, muitas no Mediterrâneo, contrapõe-se à resposta e solidariedade dos cidadãos europeus e da sociedade civil, que nesta altura premente dá uma lição clara aos que ainda veem esta questão como sendo resolúvel com a criação de muros mais altos, fronteiras mais estreitas ou polícias mais armadas. Não reconhecendo os impactos de intervenções, maioritariamente de justificação sistematicamente económica em muitos dos territórios, nesta altura assolados por fenómenos que ao longo dos tempos o Ocidente Norte ajudou a criar.-----

----- Como nos diz Khalil Gibran ‘destruir a alma com uma só palavra, queimar um corpo com um sopro e a seguir lavar as mãos, uma vez cumprida a tarefa diária’, desta feita, o fenómeno que já não é possível continuar a olhar para o lado e lavar as mãos, como se de um fenómeno longínquo se tratasse.-----

----- Aproveitamos esta oportunidade para saudar toda a sociedade civil que na Europa e em Portugal deram mostras de uma mobilização impar em torno desta causa, assim como o exemplo e disponibilidade de autarquias locais de Norte a Sul do País, salientando a importância desta mobilização no acolhimento e integração dos refugiados. Saudar também o Município de Lisboa pelo apoio já anunciado para este objetivo.-----

----- Crise? A Europa sempre teve momentos de crise e, se algo ficou claro nos últimos anos de crise económica é que é necessário repensar os princípios de solidariedade europeia e largar o pensamento e estratégia feudal, que privilegia os interesses de uns em detrimento dos outros, doa o que doer, a qualquer custo, como se de pessoas não se tratasse. Este paradigma a pôr em causa está intrinsecamente ligado à própria noção de desenvolvimento, que tem o crescimento infinito como fim único.--

----- Todos sabemos que esta miragem não tem em conta o bem-estar nem das pessoas nem o meio-ambiente que importa salvaguardar, assim, o caminho de uma Europa semi hermética que exerce o crivo à entrada de migrantes, não se coaduna com a crise humanitária em que estes refugiados se encontram neste momento.-----

----- De imediato é necessário encarar não apenas os fenómenos que levam estas pessoas a fugir, mas também a urgência em prover corredores de segurança europeus para quem chega, para que se possam deslocar rapidamente para um destino de acolhimento, em articulação eficaz com as repostas locais disponibilizadas. É altura de não esquecer, é altura de agir, é altura de abraçar a nossa humanidade.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu pergunto se algum Senhor Deputado quer reagir à intervenção da Senhora Deputada Floresbela Pinto?-----

----- Não registo pedidos de palavra, portanto, não há declaração final e vamos passar à próxima declaração política.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----



----- “Hoje todos nós aqui nos manifestámos solidários com os imigrantes resultantes de um conflito emergente em condições de saúde e segurança muito gravosos. -----  
----- Estes movimentos de grandes massas não são voluntários, são provocados pela guerra, pobreza e instabilidade nos seus países de origem. -----  
----- Todos pretendemos contribuir para o acolhimento com dignidade e continuidade de integração destes migrante sofredores. Tudo o que se faça será pouco para as necessidades destas populações. Cabe ao Governo e aos seus organismos, nomeadamente das responsabilidades sociais, intervir e não deixar cair a situação em situações meramente caricativas, espontâneas, de boa vontade, mas que se têm mostrado pouco efetivas. Todas as boas vontades contam, no entanto isso não resolve o problema de fundo, nem responde às questões cruciais. -----  
----- Quais são as causas das crises sociais que determinam este êxodo? Guerras, desorganização social, atos de rapina e de destruição, como o que aconteceu na Líbia, no Iraque e na Síria. -----  
----- Quem são os responsáveis pela guerra, destruição, invasão e pela rapina? -----  
----- Lembrar que se trata de atentados aos direitos internacionais com ingerências nos países e povos, com o pretexto de exportar a mal chamada democracia Ocidental do capital. Os princípios da Carta das Nações Unidas da não ingerência e o respeito pela vontade de cada povo, não são respeitados. -----  
----- Portugal e os governos da direita têm grande responsabilidade neste campo dando cobertura e vassalagem aos Estados Unidos e aos estados capitalistas da Europa e à NATO, que têm invadido e destruído para sacar as riquezas. -----  
----- Tem sido o Ocidente capitalista o grande financiador e fornecedor de armas e treino militar aos grupos extremistas e radicais que espalham terror no Médio Oriente, depois naturalmente atacam o monstro que criaram e assim está garantida a destruição total dos povos e das civilizações. Este terrorismo de estado não é novo na história, basta lembrar o desastre humano que foi a Jugoslávia ou o que tem acontecido ao mártir povo Palestiniano. -----  
----- Por isso consideramos pouco, ainda pouco e ainda que necessário, resolver a situação da emergência dos emigrantes. É preciso agir para devolver a soberania e a paz à Líbia, à Palestina, ao Iraque e à Síria. -----  
----- Acabemos com o cinismo e a hipocrisia de falar em impor a democracia burguesa nos países e povos que se opõem ao grande capital neoliberal. -----  
----- Nota. Os fascistas da Arabia Saudita e do Qatar são democratas enquanto servirem os interesses do imperialismo. -----  
----- Qual é a resposta nova que esperamos? Novos bombardeamentos, novos ataques, novo agravamento da situação. Assim se está preparando a França e a Inglaterra e a NATO. -----  
----- E na cidade de Lisboa? Tudo continua em evolução lenta, os problemas continuam sem resolução completa. Dirão alguns que em Lisboa existem obras. Sim, algumas, mas muito menos que as necessárias. A contínua degradação forte e permanente que existe em todos os lados, não é resolvido com intervenções pontuais, ainda que pertinentes. -----

----- As lantejoulas do turismo de Verão estão de passagem e a indústria hoteleira e outros muito arrecadaram, mas os restantes intervenientes pouco ou nada obtiveram, a começar pela cidade e os trabalhadores do sector. -----

----- O parque habitacional da cidade contínua a necessitar de intervenções mais profundas e alargadas, incluindo o parque municipal. Algumas obras de pavimento foram iniciadas, pertencem ao célebre e magno plano para pavimentação da cidade, no entanto, traduz claramente o erro da política estratégica de deixar degradar ao máximo para depois resolver. Será sempre uma terapêutica insuficiente e não atempada e vão sempre atrás do prejuízo. -----

----- Precisamos de mais e melhores respostas para atingir o ponto ótimo de equilíbrio e de qualidade de uma cidade de mobilidade saudável, equilíbrio entre as necessidades e a resposta. Neste Inverno iremos ter mais uma cidade em sofrimento evitável e que acrescentando o sofrimento provocado a outros, que iremos agora tentar mitigar e lá longe, nos seus países, continuarão a sangrar. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Alguém pediu a palavra sobre a intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva Santos? -----

----- Há um pedido de palavra do PEV, o Senhor Deputado Sobreda Antunes.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Na Assembleia Municipal do passado dia 16 de Junho, o Grupo Municipal de ‘Os Verdes’ apresentou uma recomendação sobre a situação dos Emigrantes e dos Refugiados. Apenas hoje vários Grupos Municipais decidiram retomar o tema. -----

----- Em Junho, a Recomendação de ‘Os Verdes’ foi votada favoravelmente por todos os Grupos Municipais, à exceção de um restrito conjunto de Deputados, que afinal só hoje também acabou por recuperar este tema. Veremos, mais à frente, como votarão as moções dos Grupos Municipais sobre esta questão. -----

----- Recordemos que se considera refugiado a pessoa que está a ser perseguida ou que teme ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que se encontra fora do seu país de nacionalidade, não podendo ou não querendo a ele retornar em virtude desse temor ou perseguição. -----

----- É esta a definição que está consagrada na ‘Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados’, datada de 28 de Julho de 1951 e seu protocolo adicional, datado de 31 de Janeiro de 1967, que entrou em vigor na ordem jurídica portuguesa em 22 de Março de 1960. -----

----- Neste contexto, foi no ano de 2000 que a Assembleia-geral das Nações Unidas decidiu criar o Dia Mundial dos Refugiados, com o objetivo de chamar a atenção para este grave problema político e social, visto a Nações Unidas contabilizar que, só em 2013, existiam 45 milhões de refugiados em todo o mundo e que a principal causa ‘desses grandes números são as guerras, que parecem nunca ter fim’. -----

----- Segundo o secretário-geral da ONU, grande parte dos refugiados são provenientes de zonas em conflito, tais como o Afeganistão, a Somália, o Iraque, a

Síria, o Sudão, a República Centro Africana ou a Palestina, pelo que é urgente encontrar soluções duradouras para os deslocados.-----

----- A própria Nações Unidas acredita que apenas com o fim dos conflitos armados o problema poderá ser resolvido por completo, o que vai exigir mais solidariedade e a partilha justa das responsabilidades por parte da comunidade internacional.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados desculpem, continua a haver muito ruído na sala, eu acho que é um problema de dignidade Senhores Deputados. Estamos a falar de um assunto muito sério, se alguém tem questões para tratar, pode tratar lá fora, aqui estamos para ouvir os nossos colegas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** prosseguiu a intervenção:-----

----- “Existem ainda refugiados, oriundos de emigrações forçadas, devido a alterações nos ecossistemas resultantes de catástrofes, secas, desertificação, subida do nível do mar, entre outros fenómenos naturais, ou em resultado da escassez de recursos provocada pelo próprio Homem.-----

----- Pelo que questionamos o Grupo Municipal do PCP:-----

----- Primeiro. Se perante as dificuldades internacionais em manter a paz e a segurança internacional, como consideram necessário atuar de forma mais decisiva para proteger os civis e evitar que milhares de pessoas sejam forçadas a abandonar as suas casas e a desmembrar as suas famílias?-----

----- Segundo. Se, diariamente em todo o mundo, as pessoas sofrem com os conflitos armados, o crescimento militar, a ocupação, a ingerência externa, atos de intimidação e agressão, modernização e proliferação de armas nucleares e outras armas de destruição maciça, guerras essas que nunca são determinadas por acontecimentos acidentais ou decisões pessoais, será que as soluções passam exclusivamente pela solidariedade internacional ou pela concessão do direito de asilo?-----

----- Terceiro. Perante o flagelo de milhares de refugiados espalhados pelo mundo inteiro, problema que a comunidade internacional ainda não mostrou saber conseguir resolver, existirão ou não fatores económicos na base dos conflitos armados e que, em última instância, coloquem em causa a vida das famílias. Se sim, quais são e quais as responsabilidades dos Governos e da comunidade internacional?-----

----- Finalmente. Portugal deverá receber alguns milhares de refugiados. Que medidas de âmbito municipal devem ser implementadas e como promover a sua articulação com um plano nacional de apoio a refugiados em território nacional que contribuam para minimizar o flagelo das migrações e dos refugiados?-----

----- Um agradecimento por os diversos Grupos Municipais finalmente, passados dois meses, terem recuperado o mesmo tema da recomendação de ‘Os Verdes’.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Carlos Silva Santos tem a palavra para responder, para a sua intervenção final, como sabe são 4 minutos.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra retorquiu:-----

----- “Como se percebeu da minha intervenção, naturalmente que a causa primeira é a guerra e a guerra de intervenção. O que é verdade é que a Carta das Nações Unidas e que deixou de ser respeitada nos outros anos, tinha e tem esta regra da não ingerência, mesmo àqueles povos que dizem mas eles estão em situação de não democracia, vivem em regimes não toleráveis. -----

----- Sempre é dito que cabe aos próprios povos conseguir resolver o seu próprio problema, a sua própria situação. Nós próprios, Portugal, lutou e foram essencialmente os Portugueses e naturalmente o PCP nisso participou fortemente, que lutámos pela nossa libertação, pela nossa independência. -----

----- Vejam que os outros que hoje se afirmam defensores da democracia da casa dos outros e intervêm muito rapidamente e, falando dos Estado Unidos, da Inglaterra e da França, nunca intervieram em Portugal. Diríamos que éramos uns fascistas democratas como seriam hoje a Arábia Saudita. -----

----- Isto é só para demonstrar a hipocrisia da intervenção para defender e intervir. -----

----- E qual foi o resultado? A Líbia está muito melhor?-----

----- Ah, mas estava lá o perigoso Khadafi. Bastava o povo Líbio a quem cabia resolver o seu próprio problema. -----

----- E hoje o que temos? Ah, não temos Khadafi, mas está um lindo país, está uma linda miséria. -----

----- E como está o Iraque? Ah, mas vocês então defendem que lá estava o Saddam, devia lá estar. -----

----- Nós defendemos que fosse o próprio povo do Iraque a resolver o seu próprio problema. Nós temos razões que conhecemos no Iraque o que aconteceu ao Partido Comunista do Iraque e o que ele sofreu à mão do Hussein, mas a regra é ao próprio povo cabe resolver. -----

----- Vejam agora o que temos na Síria. Chegou-se ao ponto brutal de criar um monstro terrorista para atacar o país, a Direção do país e agora atacamos também o monstro. -----

----- É uma situação crítica e isto não pode passar em claro, agora que estamos a tentar resolver estas situações. -----

----- Naturalmente para acolher, o fundamental são aquilo que nós também precisamos que em Portugal tanto faz falta, mas que somos solidários na mesma. É preciso habitação, emprego, integração para os que vêm. É preciso habitação, emprego, integração também para muitos dos que estão. -----

----- Por isso, o esquema não vai ser diferente. Devemo-nos integrar no projeto mais global de melhoria da situação da sociedade, para dar melhor resposta a quem vem é também melhorar a situação para quem está, por isso recebemos solidariamente mas num processo de mudança e não nesta austeridade severa e mortífera. Vêm para sofrer mais ainda em Portugal do que encontrar solução se não forem alteradas. -----

----- Quer dizer, isto está tudo ligado à política mais geral em que nós estamos numa batalha e todos estão a senti-la, ela sente-se na conversa Senhora Presidente, está tudo conversando porque está tudo falando de outro assunto que não este, mas que ligado a este, é a questão política base que naturalmente no dia 4 de Outubro mais uma vez se

resolverá. Se queremos receber com dignidade e criar condições para receber quem vem e dar condições a quem está, ou se continuaremos no ram-ram, enfim, de triste e vil tristeza. Mas não venha ninguém de fora resolver-nos o problema, nós os Portugueses teremos condições e os democratas de esquerda terão condições para resolver a situação e hão de resolvê-la pelas suas próprias mãos, pelo seu próprio trabalho. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Terminou a declaração política do PCP, agora a Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra. -----

----- A Mesa recorda e também para alguns Senhores Deputados que estão aqui de novo, o formato da sessão. Logo que a Senhora Deputada tenha feito a sua declaração política, qualquer Grupo Municipal pode colocar questões, ou criticar, ou perguntar sobre o que acabou de ouvir e há 15 minutos para cada Grupo Municipal fazer isto ao longo da Sessão. No final, se tiver havido perguntas ou interpelações a Senhora Deputada volta a ter um período para responder, se não tiver havido passamos à declaração seguinte. -----

----- Desculpem estar a lembrar isto, mas é para estarem atentos e se inscreverem quando for necessário.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção -----

----- “Neste regresso aos trabalhos da Assembleia Municipal parece de facto haver um tema comum às moções e recomendações apresentadas pelos vários Grupos Municipais, que é a crise humanitária sem precedentes nos últimos anos de refugiados na Europa. -----

----- Estas pessoas que estão a chegar aos milhares à Europa fogem da guerra, da violência, da repressão, da pobreza, da falta de condições mínimas para viver com dignidade. Pessoas que nos seus países de origem não encontram de facto alternativa, onde a ameaça de morte é algo constante. -----

----- Enquanto Europeus não devemos deixar de lado a matriz de abertura que nos é devida. Igualmente a Europa não se pode desresponsabilizar da influência que de várias formas teve, e tem, no decorrer dos desenvolvimentos que muitos destes países experienciam e provocam esta fuga em massa. -----

----- Há que retirar então as ilações necessárias das várias intervenções, militares ou não, através da NATO ou não, em que alguns países Europeus participaram e de forma direta ou indireta semearam a guerra ou intensificaram, ou nos casos em que olhar para o lado foi mais fácil. -----

----- Pois neste momento já não é possível ou fugir às responsabilidades. Os cenários de guerra proliferam e milhares de pessoas arriscam a vida a tentar de facto uma vida melhor, apesar dos riscos, apenas porque continuar nos países de origem significa arriscar a vida todos os dias. -----

----- Por isso repudiamos e devemos todos e todas repudiar posições tomadas por alguns países, como seja a Hungria, em reprimir, atacar quem chega já em condições

deploráveis, construindo muros e mobilizando o exército para tratar esta gente como criminosos que não são.-----

----- É nosso dever então acolher e dar condições dignas a estas pessoas para retomarem as suas vidas, não ficando orgulhosos com cotas que nos envergonham, quando no passado nem essas foram cumpridas.-----

----- A forma de olhar para esta situação não pode ter preconceitos, não pode ser regida por cotas, mas sim por solidariedade e mecanismos reais de apoio e integração. Daí as recomendações também apresentadas, por forma a ajudar aqui em Lisboa concretamente, a criar mais formas de integração que respeitem a dignidade destas pessoas. Neste caso passam muito pela área do acesso à educação, à saúde e à habitação que são os pilares básicos e fundamentais da construção da vida de qualquer ser humano.-----

----- Como disse, a política de ajuda e acolhimento não pode ter na sua génese qualquer preconceito, nem sobre as crenças, nem sobre as suas habilitações, nem sobre a sua origem, não fechar fronteiras, garantir liberdades fundamentais, devolver a dignidade, porque de facto ninguém é legal.-----

----- E por fim queria deixar a indicação de que o BE esteve esta manhã no Concelho Português para os Refugiados e, de facto, demos a indicação de que esta Assembleia Municipal estaria hoje a debater este tema e deram também indicação de que estão disponíveis para, relativamente a este assunto, dar a formação necessária aos técnicos da CML nos vários mecanismos que se forem criando para a integração na área da educação, da habitação, da saúde, também ao nível jurídico. E, portanto, existe aqui um parceiro que já no passado tentou chegar a várias autarquias sem reposta na altura, mas de facto, a realidade dos factos veio-nos bater à porta, é impossível olharmos para o lado e, portanto, existe ali um polo que também nos poderá ajudar enquanto Executivo, enquanto cidade, a acolher estas pessoas e a dar-lhes a vida digna que eles merecem.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se algum Senhor Deputado quer intervir neste momento, relativamente à intervenção da Senhora Deputada Isabel Pires do BE?-----

----- Não registo pedidos de palavra. A Senhora Segunda Secretária vai dar a palavra à próxima declaração política.-----

----- Oh Senhores Deputados eu estou aqui a ouvir os Senhores Deputados a conversar uns com os outros, é desconfortável para a Mesa, portanto, eu pedia a vossa atenção. Se precisam de falar uns com os outros, têm uma sala lá fora onde podem fazê-lo. Esta sala tem uma acústica muito especial e, portanto, aqui no placo faz uma reverberação maior que aquela que se houve na sala. Portanto, eu peço que tenham compreensão que depois temos alguma dificuldade da nossa parte para acompanhar os trabalhos. ”--

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Permitam-me numa nota prévia citar o Papa Francisco sobre a crise dos refugiados. ‘A esperança cristã é combativa, fomos curados da surdez e do mutismo do egoísmo.’-----

----- Dizer também que o Grupo Municipal do CDS-PP confia na posição tomada pelo Governo e nas medidas adotadas sobre esta matéria.-----

----- Portugal e os Portugueses devem encarar esta nova realidade no quadro dos valores dos direitos humanos e da solidariedade. Alertamos também para a necessidade de explicar com clareza todo este complexo processo, e renegar sentimentos e comportamentos radicais que possam surgir no desenrolar do mesmo processo. -----

----- Voltando aos outros assuntos de Lisboa, dirijo-me à digníssima Assembleia, em jeito de regresso e reflexão de férias e no início da segunda parte do mandato do PS à frente dos destinos da nossa cidade. É precisamente uma excelente altura para confrontar este Executivo com o seu legado e com as suas promessas eleitorais. -----

----- ‘Nos últimos 8 anos ganhei 3 eleições e em cada uma delas ganhei com mais votos que na anterior, porque em cada mandato fiz mais do que aquilo que tinha prometido fazer.’, disse ontem António Costa em Lamego.-----

----- Em Lisboa, como sabemos, foi para além das suas promessas, simplesmente abandonou Lisboa e todos os lisboetas que com o seu voto acreditaram nele. Também sabemos que ficámos todos a ganhar com essa troca, agora pelo menos já temos um interlocutor a tempo inteiro, não é o caso de hoje, e de corpo inteiro. -----

----- Já podemos endereçar os nossos cumprimentos no *intro* dos discursos ao Senhor Presidente da Câmara, Doutor Fernando Medina, e olhar para ele. Também não é o caso hoje. Agora também temos alguém a quem podemos dirigir os nossos lamentos e preocupações.-----

----- Mas afinal quais são as prioridades deste Executivo, liderado agora pelo Doutor Fernando Medina?-----

----- Estamos em tempos difíceis e todos sem exceção têm sofrido as consequências de más opções tomadas no passado. -----

----- Em Lisboa têm-se praticado a política do curto prazo, aquela que remedeia mas não resolve, aquela que dá votos mas não dá futuro, aquela política que diz que não há resolução para o problema das cheias, por exemplo, aquela política que diz que o Plano de Drenagem não faz desaparecer estas situações de cheia e que a solução não existe, aquela política que diz que São Pedro goza de um estatuto de imunidade e que está acima das responsabilidades. A caminho de um novo Inverno e cá estaremos para aguardar pelos ditames do venerado São Pedro e por promessas de planos e estudos que não prestam, porque não resolvem nem atenuam o problema.-----

----- Estaremos à mercê da roda da fortuna, a deusa do acaso, tornada famosa por Maquiavel. E o mais certo é que seja, eu não tenho reino e que Lisboa perdeu completamente os favores da fortuna. -----

----- Esperamos não ter que contratar especialistas Holandeses em diques, para conter as águas e livrar a cidade e os lisboetas das enxurradas deste próximo Inverno. Mas se essa for a única solução, pois que se faça, que se contrate os Holandeses, porque essa é uma matéria prioritária. -----

----- Prioritária também e matéria muito cara ao CDS, é a ação social e proteção dos mais desfavorecidos. O combate ao desperdício alimentar ou fundo social de freguesia

são dois exemplos como marcas do CDS, por um futuro que se quer melhor para todos e que ultrapassa mandatos e pessoas. E essa deve ser a estratégia, programas sustentados e sustentáveis que envolvam as pessoas e os agentes no terreno, que envolvam aqueles....”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Oh Senhores Deputados desculpem, mas eu oiço os Senhores Deputados deixarem apartes aqui uns para os outros. Peço mais uma vez silêncio.-----

----- Não consigo perceber.-----

----- Era um aparte para o Orador, não chegou cá.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** prosseguiu a intervenção:-----

----- “Não sei se percebi o comentário, se era um submarino de Guterres, não percebi bem. E que o BES recebeu comissões, portanto, Guterres encomendou, Portas reduziu a encomenda de 4 para 2 e o BES recebeu as comissões. Não sei qual é a dúvida? Que envolva aqueles que sabem da poda e não atirar dinheiro, que é um recurso escasso, para cima dos problemas, porque o dinheiro desaparece e não se resolvem os problemas.-----

----- Olhamos para as promessas de campanha do PS em Lisboa e ficamos com a sensação de estarmos a ler uma história com final feliz, mas a realidade não parece demonstrá-las.-----

----- Na área da reabilitação urbana e planeamento o que se fez? O PS prometeu promover a candidatura aos fundos comunitários no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio 2014-2020. O objetivo de obter um grande programa de financiamento à reabilitação de imóveis, através da convergência dos objetivos de redução do risco sísmico e aumento da eficiência energética. Requalificar a Avenida Almirante Reis até ao Areeiro, dando seguimento às intervenções iniciadas no Martim Moniz, Rua da Palma e Intendente. Reabilitação do Arco Ribeirinho, a frente da Baixa Pombalina e Alfama, com intervenções já projetadas para o Cais do Sodré, Campo das Cebolas, Infante Dom Henrique, Terminal de Cruzeiros de Santa Apolónia, mais remodelação do Parque Ribeirinho Oriental entre o Parque das Nações e poço do Bispo, aa sequência do relançamento dos empreendimentos da Matinha e dos Jardins do Braço de Prata.-----

----- Desenvolver um programa destinado à instalação de elevadores em edifícios habitacionais, com exigências técnicas adaptadas às condições específicas dos edifícios construídos antes de 1950, em que instalação da coluna de elevadores contribua para a redução do risco sísmico. Vou citar o programa do PS, etc., etc., etc., poderíamos continuar elencar uma série de intenções que a realidade no terreno não espelha, exceção e louvor sejam feitos ao largo Adelino Amaro da Costa, que finalmente viu a sua lenta e incómoda requalificação concluída. Em matéria de mobilidade já sabemos da inimidade figadal, que existe neste Executivo, pela utilização do automóvel, não sabemos se será defeito ou será feito.-----

----- Os automobilistas não são criminosos, são pessoas como todos nós. O radicalismo dá mau resultado, designadamente, quando sugere mudanças drásticas e



por vezes injustas nos hábitos da maioria dos lisboetas. Essa prioridade é muito discutível e tem várias vertentes. -----

----- Nessa matéria afigura-se de particular interesse esta medida inscrita no programa do PS, como toda a gente sabe que os que existem em funcionamento, estou a falar de radares, na sua quase totalidade estão inoperacionais. Portanto, completar o sistema de radares e dispositivos de controlo de velocidade que prevê a instalação e realocização de mais de 10 radares e a introdução de dispositivos em mais 10 semáforos. Isto faz parte do programa do PS. -----

----- O *carsharing* e as zonas de tráfego partilhado que defendem o vosso programa era outra intenção que parece que cada vez mais condenado ao fracasso, não pega. -----

----- Sobre a Calçada portuguesa, o CDS é a favor da manutenção da calçada artística portuguesa, mas também a favor da retirada da Calçada em casos onde a mesma é um impeditivo à mobilidade, no entanto, a exceção não pode transformar-se em regra. -----

----- Em relação aos brasões. Sobre a reabilitação dos brasões florais defronte do Mosteiro dos Jerónimos, uma das principais atrações turísticas do País, reiteramos a posição já defendida publicamente pelo CDS e que consiste na sua reabilitação e manutenção, sendo entregue essa responsabilidade à Junta de Freguesia de Belém que já se disponibilizou para o efeito. Entretanto, já passou um ano desde que o Vereador Sá Fernandes prometeu uma solução, mas já nos habituámos à ausência de competência, apenas nos surpreende neste momento que os Presidentes António Costa e Fernando Medina acompanhem a competência do Vereador Sá Fernandes. -----

----- Há uma tentativa de se fazer um apagão da herança histórica Portuguesa, por questões meramente ideológicas e lembro aqui que os brasões florais são inspirados no que está a ornamentar a fonte de pedra, portanto, se quiserem têm de partir a pedra também. Se quiserem tirar os brasões têm de partir pedra, têm de partir o brasão de Angola e etc. -----

----- Em relação aos lixos, PS e CDU rejeitaram a proposta do CDS em relação ao lixo de aumentar o número de recolhas durante este Verão. O resultado foi desastroso, porque constitui um grave problema de higiene e de saúde pública para quem trabalha ou habita em Lisboa e é um péssimo cartão-de-visita para o turismo. Um verdadeiro *Harakiri* para quem defende este setor estratégico, designadamente no turista repetente, que há muitos e que volta a Lisboa 2, 3, 4 ou mais vezes e percebe a degradação e desleixo cada vez que cá volta. O turista que não vê a desejada melhoria, já não recomenda o destino com a mesma veemência. Portanto, é um tiro no pé que pode sair muito caro. -----

----- Contenção de custos salariais sobre as horas extra? É uma hipótese, não sabemos. Compromissos com sindicatos ou com outras forças que têm impedido esta recolha de lixo? Também não sabemos. Má opção no nosso entender. -----

----- Outra questão é o ‘Uma praça em cada bairro’. É só olhar para elas, desde a Praça da Figueira, passando pelo Largo do Leão, até à Ajuda, até ao Calvário, há inúmeros sítios, encontramos tudo menos o objetivo pretendido que seriam áreas de grande qualidade, como diz no programa. -----

----- E por aqui, continuaria até à exaustão de todos os presentes, tarefa a que vos poupo. -----

----- Correr atrás destes problemas ao invés de os prevenir, significa a clara falta de uma estratégia para a cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado peço desculpa, mas tem mesmo de concluir. -----

----- Poderá entregar depois o seu discurso na integra para a Ata, mas pedia-lhe para concluir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** prosseguiu a intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa Senhora Presidente, eu também fui interrompido, 5 segundos. -

----- O caso de obras da Rotunda do Marquês, esperamos não se repitam, agora desde o Saldanha até ao Campo Grande, erros de avaliação e de construção brutal.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nesta Assembleia somos muito rigorosos com o Regimento Senhor Deputado, eu pedia o seu esforço.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** prosseguiu a intervenção: -----

----- “Estou mesmo a terminar. -----

----- Eu só queria falar da Ribeira das Naus. Foi inaugurada mais que uma vez e parece ser a marca do Partido Socialista. É como um cata-vento, é uma política de abrir buracos aqui tapa ali e quando chegar aos anos das eleições, altura em que, como neste mandato vai ser a.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhor Deputado desculpe-me, neste momento já está a faltar ao respeito à Mesa. -----

----- Eu peço desculpa. Senhor Deputado naturalmente nós somos compreensivos, mas poderá usar da palavra na próxima semana que temos PAOD, poderá concluir a sua intervenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** prosseguiu a intervenção: -----

----- “Eu agradeço a tolerância.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós temos um Senhor Deputado inscrito, olhe, vai ter ocasião de poder dizer mais alguma coisa, tem uma pessoa que lhe quer fazer uma pergunta. A Senhora Segunda Secretária vai dar-lhe a palavra. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)** no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Ficou claro da sua intervenção que só consegue acompanhar aquilo que é a melhoria da vida coletiva e do espaço público em Lisboa, quando lhe fazem obras à porta da sede do seu partido, uma vez que só notou que houve intervenção na cidade no Largo Adelino Amaro da Costa. -----

----- É uma surpresa para esta Assembleia como é que tem o topete de falar em fundos comunitários perante esta casa, quando aquilo que se passou no desenvolvimento local de base comunitária teve a reação que teve das organizações que estão a intervir na cidade. Aquilo que não foi o seu Governo que o seu partido se porta capaz de fazer, foi fazer escolhas na atribuição dos fundos comunitários.-----

----- O esforço que a Câmara Municipal de Lisboa, as freguesias da cidade e todas as organizações que se associaram ao desenvolvimento local de base comunitária, foi absolutamente consumido por uma visão salomónica de destruição dos fundos que prescindem de fazer escolhas e ainda é capaz, o CDS-PP, de subir ao palanque e vir falar da distribuição de fundos comunitários nesta Assembleia.-----

----- Quanto a circulação automóvel o CDS continua a pensar com o motor, em vez de pensar com inteligência. Era necessário mudar o comportamento mobilidade na cidade, era absolutamente fundamental desenvolver políticas de mobilidade suave, remover o automóvel, em especial aqueles automóveis que mais emissões pressionam para a atmosfera do centro da cidade. Foi o que foi feito, mas a demagogia faz com que o CDS tenha que se afastar de uma reflexão inteligente sobre a gestão da cidade nesta matéria.-----

----- Bem e nós temos memória de quando o CDS teve no Governo desta cidade e eu relembro-lhe um evento que se passou na semana passada. Discutiremos, provavelmente isso na informação escrita do Senhor Presidente na próxima semana, mas fica bem a memória. A piscina do Campo Grande, cuja primeira pedra foi lançada a semana passada pelo Senhor Presidente Fernando Medina, o Senhor sabe muito bem onde está e está em funções de Presidente de Câmara, portanto, o registo que aqui adotou pela ausência dele é até indecoroso, do meu ponto de vista.-----

----- A piscina do Campo Grande foi encerrada pelo Vereador Pedro Feist. Dizia ele em 2006 para o jornal PÚBLICO, que daí a 2 anos, estávamos em 2006, a piscina do Areeiro que já foi inaugurada recentemente, a piscina dos Olivais que foi inaugurada também um pouco antes e a piscina do Campo Grande que será inaugurada daqui a um ano, estariam demolidas para construir piscinas novas.-----

----- A única coisa que eu lhe deixo para memória da vivência coletiva na cidade, é que o que caiu dois anos depois de 2006, felizmente não foram as piscinas, foi a Câmara. Isso permitiu que este Executivo reabilitasse as piscinas, as três piscinas da cidade, respeitando o traço patrimonial original que as piscinas tinham. E é esta a diferença fundamental do Governo da direita na cidade de Lisboa e deste Executivo.---

----- É pena que seja sectária a visão do Senhor deputado nesta matéria.-----

----- A pergunta é, não lhe parece Senhor Deputado?"-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Deputado Gabriel Fernandes tem a palavra para responder a menos que haja mais algum pedido de palavra. Que a Mesa não regista.-----

----- O Senhor Deputado tem 4 minutos para responder.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra retorquiu:-----

----- “Eu sou muito rápido.-----

----- A nossa visão é completamente diferente, por isso é que nós somos CDS e os Senhores são do PS, nós não temos essa visão da cidade e os resultados estão à vista. Quer dizer, mais tarde, quando perderem a Câmara, depois vão poder comparar.-----

----- E não se esqueça que há obras, não há só a porta do CDS, há obras em todo o lado. Há obras em todo o sítio, na Abade Faria por exemplo, etc.-----

----- Terminei.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados terminou a declaração política do CDS-PP, vamos entrar agora na declaração política do PSD.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Aquilo que me traz aqui hoje, aliás, trouxe outros Senhores Deputados antes de mim, tem a ver com a crise dos refugiados, tem a ver com o drama brutal que se está a passar na Europa, tem a ver com as situações inacreditáveis que nós temos observado todos os dias. -----

----- E estas condições que são agora observadas, que antigamente não eram observadas em direto e de imediato, agora graças à globalização, são observadas no momento em que acontecem. São chocantes em relação àquilo que nós vemos e que não estaríamos à espera que acontecesse, mas que já devia ter sido previsto, já devia ter sido previsto relativamente aos acontecimentos anteriores. -----

----- Pois que o fenómeno de Lampedusa já existe há bastante tempo, já existe há alguns meses, lembrou, lembraram ‘Os Verdes’ que em Julho levantaram o problema. E é verdade e nós, infelizmente, só na semana passada é que tivemos da parte e quase que de todo o panorama Europeu é que tivemos uma resposta positiva, uma resposta cabal em relação a este fenómeno. -----

----- Mesmo o Papa Francisco só falou neste assunto há uma semana. A Câmara Municipal de Lisboa até falou antes, quando atribuiu 1 milhão de euros para a adotar, 2 milhões, ainda bem, 2 milhões de euros para os refugiados. Portanto, houve, apareceram uma catadupa de instituições e organizações a falarem neste acontecimento, mas esta situação teve, penso eu, um fenómeno e aquilo que, de facto, levou a que houvesse depois quase que um choque relativamente à tomada de posições. Tem a ver com aquela fotografia por um lado ternurenta, por um outro lado violenta, que é a da criança, o pequeno Aylan, morto na praia com uma posição ternurenta mas em si mesmo é uma tragédia que estava a revelar. -----

----- Essa fotografia, de facto, causou um impacto fantástico em termos de levantar a consciência das pessoas e essa consciência que nós temos, de facto, de levantar. Nós somos Deputados Municipais, nós fomos eleitos para defender o povo de Lisboa, fomos eleitos para defender as causas que Lisboa, cidade romana e abrangente, tem. Independentemente dos partidos, independentemente das posições que possamos ter em relação a esta ou aquela matéria, uma mais duras outras menos duras, umas coincidentes outras da oposição.-----

----- Nós temos um dever de solidariedade para com o nosso semelhante. E o nosso semelhante agora que mais precisa de apoio o nosso semelhante agora que mais

precisa que estejamos presentes, são estes milhares de refugiados. Esqueçam-se aqueles que pensam que a Europa só vai receber 70 mil refugiados, a Europa vão ser mais de 500 mil. Este fenómeno não vai acabar, nós vamos ter uma pressão de refugiados brutal daqui para a frente. Porque infelizmente, e eu aí tenho de concordar com algumas posições de outros partidos, porque infelizmente há um estímulo para que isso aconteça, houve um estímulo. -----

----- Nós quisemos exportar liberdade e democracia a essa liberdade e democracia e afinal enganámos-nos, essa liberdade e democracia originou outros ditadores. Queremos acabar com alguns ditadores, matámo-los, mas apareceram mais e esses mais causaram mais terror, criaram um Estado Islâmico que mata em direto para chocar as pessoas e que ameaça permanentemente o Ocidente, a Europa, os países Europeus. -----

----- Isso também, o Ocidente teve também alguma responsabilidade, não soube gerar, não soube antever estas situações que poderiam acontecer e era mais ou menos para seres tão pensantes, seres tão inteligentes que estão na Comissão Europeia, que estão na NATO, que estão na América, que estão em todo o lado, era de antever que isso pudesse acontecer. -----

----- Esse fenómeno tem que ser evitado e esse fenómeno na minha opinião, na minha modesta e pessoal opinião, só pode ser atenuado se acabarem as negociatas, porque, no fundo, este mundo também é feito de negociatas, é as negociatas do petróleo e é as negociatas das armas. -----

----- Se o Ocidente, se os países Ocidentais não permitirem que haja agentes, comerciais ou outros, que vendem armas por exemplo ao Estado Islâmico e à Síria e entidades guerreiras. Se deixarem de se aproveitar do petróleo a baixo custo para poder, e é por isso financiar todo esse manancial de agressividade que representam esses sectores, tenho a impressão que vamos atenuar isso. Isso é um primeiro passo, mas nós agora temos um, temos um desafio. O que é que fazemos a estes milhares de pessoas? -----

----- Portugal está confinado receber 10/15 mil pessoas, Portugal pode receber muito mais. E nós Deputados e Vereadores da Câmara podemos obviamente, contribuir, podemos constituir-nos num grupo de trabalho, podemos criar condições para angariação de fundos, para a sensibilização, para poder até sermos elementos de recolocação destes refugiados noutras cidades. -----

----- Portanto, nós temos que estar abertos, mas todos, não os do PSD, os do CDS, os do PCP ou os do BE ou do PS. Todos e só se formos todos é que temos razão. Porque se usamos este tema que é dramático, vamos dividir, não vale a pena. -----

----- Eu podia aqui usar argumentos que nos dividissem, toda a gente tem argumentos para dividir uns com os outros, toda a gente sabe aquilo que dói no seu adversário político, toda a gente sabe e é fácil criar pedras para atirmos aos outros. Mas essas pedras não resultam em nada, como não resultaram até agora. -----

----- O que nós temos neste caso concreto é unirmo-nos, é constituirmo-nos num grupo de trabalho que possa e deva congregiar esforços, sensibilizar pessoas, angariar meios e não é difícil. Eu lembro-me de um exemplo que ocorreu em 87/88, foi o

incêndio do Chiado, conseguiram-se mobilizar meios, oraganizou-se um jogo de futebol Portugal-Brasil, um jogo de futebol Benfica-Sporting, que forneceu meios para esta reabilitação do Chiado. -----

----- Isto é muito mais forte, é telúrico, portanto, nós podemos, de facto, conseguir desde que queiramos e que todas as forças políticas, todas, indicarem pessoas para constituir este grupo e, este grupo de trabalho empenhar-se seriamente em trabalhar, em resolver problemas, em angariar meios, sensibilizar pessoas e entidades, eu estou convencido que nós desempenhamos o nosso papel, o papel para o qual fomos eleitos, defender as pessoas. E isso é uma missão que nos honrar a todos e é esse que eu vos faço.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto se algum Senhor Deputado quer intervir?-----

----- O Senhor Deputado Carlos Silva Santos quer intervir sobre a intervenção do Senhor Deputado Vítor Gonçalves.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra colocou a seguinte questão:-----

----- “Naturalmente que em primeiro informar que iremos votar favoravelmente a recomendação do PSD, mas não podemos deixar, naturalmente, de dizer e aqui parafraseando o meu colega que sempre aplicava aspirina independente da terapêutica ou dos sintomas. Dizia ele que não lhe interessava a causa das coisas, era só tratar sintomaticamente, passa, uma aspirinazinha passa.-----

----- Portanto, é a perspetiva das contradições do PSD. Está na terapêutica, mas esquece das causas, está a tentar terapêutica, mas deixa passar em claro que tanto Franceses como Ingleses se preparam para lançar mais umas bombas humanitárias num território já em sofrimento, veja a imprensa. E, por certo, também se esquece que para ajudar a nossa campanha eleitoral cá estaremos a NATO a fazer os exercícios militares promotores também da boa saúde em geral, quando no intervalo a preparar a guerra.-----

----- Portanto, esta é uma contradição. Vai-lhe na alma boa pessoa, mas as boas pessoas têm estas contradições que são contradições de classe, querem ser, mas não o podem na relação política. É porque ao abraçarem esta perspetiva do capitalismo neoliberal atual que é de natureza crematística e predador, não há reconversão.-----

----- Eu ainda estou à espera de encontrar o capitalismo humano, ou então a social-democracia renovada e santa, a que morreu nos últimos 30/40 anos.-----

----- Não há, não há, mas deixai, ides enganados algum tempo, mas pelo menos na obra de misericórdia lá estaremos juntos para fazer. Mas outra contradição é a rapidez com que vai, apesar de eu, enfim, achar que eles não merecem um respeito assim excecional, de correr para dar responsabilidades ao Município, transferir para os municípios levando as mãos do Governo, santas mão também.-----

----- Em vez de dizer o Município, vamos reunir no Município, para poder reclamar que o Governo intervenha mais, faço alguma coisa por isso? Não, é aquela contradição. Lá a bondade, mas a bondade quando é ingénuia ainda passa, quando é conhecedora já me parece quase uma fraude.-----

----- Vamos ajudar, mas sabendo isto que não queremos mais bombardeamentos e queremos que tudo se faça para repor a paz democrática na Líbia, no Iraque e na Síria. Respeitar o que eles querem para si próprios e a forma como se querem governar. Não há ninguém com autoridade moral nem de direito internacional para intervir e mandar na casa dos outros. -----

----- Essa tentação também anda por aí às vezes mal perdida, de querer arrumar a casa dos outros, nós os Comunistas também sentimos isso. Temos grandes amigos que são verdadeiros inimigos dos que querem arrumar a casa. -----

----- Devemos respeitar e ser democratas no todo, vamos dar apoio, mas vamos dizer de quem são as responsabilidades e que cabe ao Governo e aos seus órgãos. Nós temos gente e estruturas montadas para responder em questões de saúde, ou deveríamos ter, em questões de saúde, da Segurança Social, da Educação e até da habitação, não deixemos isto à caridade.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Goncalves (PSD)** no uso da palavra retorquiu:-----

----- “Senhor Deputado em primeiro lugar eu quero-lhe agradecer aquilo que referiu que era que aqui o PCP ia votar a favor. Ótimo, já é uma boa notícia. -----

----- E assegurar que tudo o resto que o Senhor Deputado disse não resolve nada. Porque nós não lançamos bombas, eu não lanço bomba nenhuma, juro-lhe. Eu não lanço nem deixo de lançar, nem consigo que os outros deixem de lançar, portanto, em relação às bombas, eu não falo, não falo, acho que isso não resolve nada. É conversa fiada, é conversa repetida, como eu podia falar aqui das cortinas de ferro da Birmânia, da China, de Cuba e não interessa, não vem a propósito, do Tibete, não vem a propósito. São situações que não nos interessam, não nos interessa.-----

----- De facto, eu que falei e que repito, é que, de facto, há aqui, houve da parte do Ocidente, uma tentativa de levar a Primavera alguns estados e não foi feliz, é verdade, não foi feliz. E como também há do Ocidente, de alguns, alguns naturalmente não serão os governos, mas traficantes, como aqueles traficantes que fazem tráfico humano do Norte de África para Itália e para a Grécia, dos Balcãs para a Hungria, etc., para a Sérvia. Esses, esses também existem, não são apoiados pelos seus governos, mas existem e esses é de evitar e lutar contra eles.-----

----- Agora as bombas pode lança-las o Senhor Deputado, eu não lanço, também não as apanho, também não as apanho. E falar em consciência, é bom que o PCP meta a mão na consciência, porque se meter a mão na consciência e tudo aquilo que ele defendeu ao longo dos últimos 40/50 anos, talvez encontre algumas razões para não ter tanta razão assim, como aquela que o Senhor Deputado aqui afirmou.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Terminámos a declaração política do PSD, vamos prosseguir.-----

----- A Mesa informa que além da declaração política do Senhor Deputado Sobreda Antunes, temos também um inscrito do PS para uma declaração política.-----

----- Portanto, se os Senhores Deputados, se há mais alguém que se quiser inscrever para declarações políticas, deveria fazê-lo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Verdes’ trazem hoje a esta Assembleia o tema da defesa da água como um bem público.-----

----- Recentemente, o Governo procedeu à reorganização do Grupo Águas de Portugal por meio dos Decretos-Lei n.ºs 92, 93 e 94 de 2015, de 29 de Maio, fundindo os atuais sistemas multimunicipais e criando novas megaempresas.-----

----- Com o sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e pela constituição da Sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., atribuiu a esta empresa a concessão da exploração e de gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo. Pretende-se, assim, levar a cabo uma reforma do sector das águas, que passa por um fortíssimo emagrecimento do grupo Águas de Portugal. Para os municípios afetados, trata-se, no entanto, de uma dúbia reforma para o sector das águas.-----

----- O objetivo central do Governo reside em concentrar capital, clientes e volumes de negócios, à custa da expropriação dos ativos municipais dos sistemas de água e saneamento, com vista a criar condições de escala e preços para a sua futura privatização, já não apenas por via da subconcessão, conforme está legalmente previsto, mas também com a possibilidade aberta de, por estes diplomas, o respetivo capital social das empresas poder ser privatizado até 49%. Decisão contra a qual as autarquias nada poderão fazer, pois além da perda de poder societário, os municípios são remetidos para um mero Conselho Consultivo, órgão sem qualquer poder executivo.-----

----- Trata-se de um processo que não tem verdadeiramente associada qualquer justificada preocupação com a coesão nacional e territorial, a melhoria dos serviços prestados ou a salvaguarda dos direitos das populações, mas tão só com a criação de condições para a futura privatização destes serviços. O resultado será o aumento da fatura ao consumidor final em todo o país. No litoral, como resultado das fusões, e no interior, devido às imposições da ERSAR e da situação deficitária dos sistemas, o que levará a que a maioria dos municípios tenha de subir as tarifas, em alguns casos, mais até do que no litoral, agravando assim a vida de milhares de famílias.-----

----- O descontentamento dos municípios ameaça chegar aos tribunais, pois a proposta é inaceitável por agravar as tarifas pagas pelos munícipes e porque coloca em causa a autonomia local, diminuindo o peso dos municípios nos processos de decisão no sector e reduzindo postos de trabalho, sendo mais um contributo para uma cada vez menor autonomia do poder local. Ou seja, este processo não nasce da melhor forma para o poder local. Mesmo segundo alguns autarcas Sociais-Democratas, a resposta política terá de passar pelo caminho dos tribunais, para defesa da posição dos municípios acionistas.-----

----- Com esta fusão das empresas de distribuição de água em alta, os municípios estão a ser desafiados a pagar os desvarios da Águas de Portugal, com vastas administrações das diversas empresas pagas a peso de ouro. O que parece estar agora verdadeiramente por detrás desta reforma é pagar agora, com juros elevadíssimos, os



erros de gestão cometidos pela Águas de Portugal durante anos, o que não representa solidariedade e é feito sem qualquer indemnização, facto que não pode ser acometido à responsabilidade dos municípios. -----

----- Ou seja, pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, são transferidos para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., o património global de várias sociedades, Águas do Norte Alentejano, S. A., Águas do Zêzere e Coa, S. A., da SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A., da SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A., da SIMTEJO - Sistema Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A., da Águas do Oeste, S. A., da Águas do Centro, S. A., e da Águas do Centro Alentejo, tudo sociedades anónimas. -----

----- Mas uma das questões chave é que a generalidade destas empresas havia previamente incorporado equipamentos que haviam sido construídos, na maioria dos casos, pelos municípios, tais como estações elevatórias, estações de tratamento de águas residuais e condutas que foram depois concessionadas aquelas empresas. De repente o Governo decidiu-se pela extinção daquelas empresas, criando uma outra com mais de 80 municípios, com uma gestão centralizada, em que os municípios não têm qualquer participação, ficando espoliados do seu património e sujeitos a um aumento substancial de tarifas nos próximos anos, quer pelo acesso à água, quer pelo tratamento das águas residuais. -----

----- As tarifas anunciadas indicam um aumento da ordem dos 20%, quer no preço da água, quer no tratamento de esgotos. Para os municípios, são aumentos que dizem não poder vir a suportar ou que, em alternativa, terão de passar a ser refletidos na fatura do consumidor final, pondo em causa o princípio do direito de acesso à água. -----

----- Porque se prepara o Governo para provocar o aumento das tarifas? Para depois não ter de ser o privado a fazê-lo? Para garantir um acréscimo suplementar dos lucros do novel Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo? Ou seja, de uma penada, o Governo cria um bolo deveras apetecível para o sector privado. -----

----- Para “Os Verdes”, há que consagrar a propriedade comum da água e da igualdade de direito ao seu usufruto como um direito de cidadania. Há que garantir o acesso de todas as pessoas à água potável como um serviço público. Há que manter os serviços de água sob propriedade e gestão públicas e sem fins lucrativos. Há que garantir o enquadramento legal, institucional e de administração económica que garanta de facto o direito de cada pessoa à água, à saúde e a uma gestão sustentável da natureza e dos recursos naturais. Há que defender a gestão integrada da água como responsabilidade pública inalienável, assegurada por legítimos representantes dos cidadãos, visando a melhoria do bem-estar comum da população atual e das gerações vindouras. Há que promover serviços públicos de água competentes, transparentes e funcionais, dotados dos recursos necessários. Há que assegurar uma gestão da água baseada num planeamento participado e democrático. -----

----- O acesso à água e ao saneamento é um direito humano fundamental, sendo inequívoco que a propriedade e a gestão destes serviços essenciais se deve manter sob controlo dos serviços públicos, democraticamente eleitos, em particular, sob a esfera

municipal e dotada dos recursos adequados, como melhor garantia da oferta de água pública e de resolver as necessidades diárias das populações. -----

----- Pelo que, mais do que nunca, urge defender a água como um bem público e apoiar as iniciativas conjuntas conduzidas pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. É esta a tomada de posição que “Os Verdes” aqui trazem hoje a esta Assembleia.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa pergunta se algum Senhor Deputado quer interpelar. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Silva Santos.-----

----- Senhor Deputado deixe-me só aqui dar uma explicação antes de lhe dar o microfone que é o seguinte. Verificámos aqui um fenómeno de uma queda de uns pequenos flocos, não está propriamente a nevar na sala como é evidente. Foram pequenos flocos de lã de vidro, que presumo que resultem de ter sido repostos em funcionamento o sistema de ar-condicionado que esteve parado durante o tempo do mês de Agosto e, portanto, não temos problema de maior, mas naturalmente não deixaremos de acompanhar a situação. -----

----- Quanto às luzes que piscam no teto, também vão ser arrançadas, mas só quando fizermos a interrupção de trabalhos para obras nesta sala, uma vez que é necessário montar andaimes para substituir as lâmpadas.-----

----- Desculpem-me esta questão tao prosaica, mas vi vários Senhores Deputados a olhar para cima, eventualmente aflitos, portanto, podem estar descansados, estamos em segurança.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Bem vista a segurança, mas nunca fiando, a avaliação da qualidade do ar interior devia ser garantida com esse equipamento, até porque isso não é neutro, esses pós. Adiante, a minha questão importante é da água como bem público e as vantagens para a saúde pública. -----

----- E a pergunta, naturalmente dirigida é, para além de todas as razões evocadas pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, há questões importantes que são da saúde e é o controlo sanitário da água e por certo vocês já ouviram falar e agora estamos em mais um acidente, na célebre Legionella, mas nós temos outros problemas ligados à água e à qualidade da água do ponto-de-vista vista higiene-sanitária para consumo humano que não é neutro. -----

----- Nós tivemos aqui na cidade de Lisboa e noutros, questões importantes de contaminação da água, até porque sabem as origens da nossa água nem toda é, é toda de superfície que tem problemas e que tem exigências de qualidade elevadíssimas. -----

----- Ora, o que eu digo é que, do alto dos meus 42 anos de experiência de médico de saúde pública trabalhando nesta área, é de que eu tenho receios fundados de que a água sendo privatizada, e a experiência em alguns municípios em Portugal e no estrangeiro, em alguns casos até regressou aos municípios, por todo o mundo estão a regressar, é que a qualidade se degradou e a garantia da qualidade ficou fora do controlo popular ou do controlo direto.-----

----- Diriam alguns, ah passa a ser controlado pelos consumidores, temos que arranjar uma associação de consumidores de água, digamos, que é sempre uma fórmula muito frágil de controlar um produto importante. -----

----- O outro que é as águas residuais, que estão ligadas às águas, é um tema dos mais importantíssimos e onde os municípios investiram muitos milhões de euros e que continua a merecer uma vigilância constante para mantermos saudável as águas ribeiras que recebem estes efluentes de águas. -----

----- Andamos à procura, Senhores Deputados, agora na investigação de alguns produtos até de natureza biológica, mas natureza química que contaminam as águas de Lisboa, sem os assustar, vamos vendo que há certos produtos de radiações ionizantes que usamos no tratamento da próstata, andamos a ver se já os escolhemos e colhemos na água residual. -----

----- Há outros produtos químicos tóxicos de alta, enfim, de alta toxicidade que continuam a aparecer nas águas de Lisboa. -----

----- Por isso, nós dizemos que isto é uma matéria sensível e muito valiosa em termos de saúde pública e perguntamos, naturalmente, se esta componente do valor da Saúde humana, também está ou se pode juntar aos argumentos que aduziu a favor da água pública.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Sobreda Antunes tem o microfone para poder responder.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra retorquiu: -----

----- “Bom, gostaríamos de começar então por agradecer as questões colocadas, de facto, até já há produtos mais baratos que a água, o leite segundo se queixam os produtores do próprio Leite, enfim. -----

----- É do conhecimento comum que o recurso água é insubstituível nas suas funções de suporte à vida e ao bem-estar humano, logo à saúde pública. Daqui decorrente que o acesso quotidiano à água potável é indispensável à vida e à saúde de todos os seres humanos. Ela faz parte do direito à vida e a qualidade e a segurança da água e dos serviços de água, são indissociáveis das sociedades humanas e das relações em territórios. -----

----- A água não é um produto, ou seja, não pode ser produzida, pelo que os instrumentos de mercado não são aplicáveis a água nem aos serviços de água, mas podem conduzir à sua degradação e à degradação da saúde pública. -----

----- Também qualquer sistema político-institucional que permita a exclusão de pessoas no acesso a água potável viola os direitos humanos, por outras palavras, o direito à água em quantidade e qualidade adequada para a alimentação, higiene pessoal e doméstica e saneamento são um direito humano fundamental, essencial à plena fruição da qualidade de vida. -----

----- Ninguém podendo ser privado dessa fruição, nomeadamente por razões económicas, como tal, os recursos hídricos são um bem público inalienável. A água não é passível de mercantilização, pela concessão exclusiva ou alienação de bens do domínio público hídrico ou servidões relacionadas, nem pela transação, negócio ou

comercialização de autorizações ou títulos de alienação do acesso ou utilização da água. -----

----- A água é um recurso insubstituível para quase todos os sectores, sendo um suporte de vida essencial a todos os seres vivos, meio ambiente e condicionante das condições sanitárias do ambiente humano. A sua disponibilidade, a segurança de pessoas, de ecossistemas, do património natural e construído, dos bens e das atividades económicas, dependem, não apenas dos usos da água, como da utilização e ordenamento do território e da cobertura dos solos. -----

----- A gestão da água, a garantia de fruição dos direitos à água, a afetação dos recursos hídricos e a sua preservação, bem como todos os custos e encargos pela fruição e utilização da água, diretamente ou incorporada em produtos, têm enormes impactos na qualidade de vida de cada indivíduo e na saúde humana da sociedade em geral, no custo de vida, na redistribuição de custos e benefícios, na exclusão de acesso à água, espoliação de direitos à água, nos custos de produção e preços dos produtos e até na competitividade da própria produção nacional. -----

----- O atual contexto legislativo e institucional, orientado para a privatização e concessão a grandes grupos financeiros da exploração privada do domínio público hídrico e dos serviços públicos de águas, para o favorecimento da rentabilidade dos negócios de mercantilização da água e para o alijamento dos deveres do Estado na defesa dos direitos dos cidadãos e na proteção dos recursos hídricos, proporciona condições favoráveis à degradação do estado das águas e é profundamente lesivo dos direitos dos cidadãos e dos municípios relativamente à água como um bem público. ----

----- É isto o que os municípios da Área Metropolitana de Lisboa têm vindo urgentemente a procurar uma solução por parte do Governo. -----

----- Por tudo isto, e mais do que nunca, urge defender a saúde humana e a água como um bem público. É esta tomada de posição que “Os Verdes” propõem que seja assumida por esta Assembleia.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados vamos entrar na última declaração política. -----

----- A mesa chamou a atenção da bancada da Câmara que também tem tempo para usar neste período e, portanto, estamos a debater esta questão dos refugiados e a questão das águas, se a bancada da Câmara depois quiser usar da palavra, por favor sinalizem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não devia ser preciso explicar que um refugiado não é um imigrante e que mesmo que fosse nada de mal traria consigo. -----

----- Não devia ser preciso explicar que os refugiados não procuram apenas Europa, e há hoje milhões de refugiados na Turquia, no Iraque e no Líbano. -----

----- Não devia ser preciso explicar que os terroristas do chamado Estado islâmico não vieram da Síria para a Europa, mas muitos foram de cá para lá espalhar o terror. -----

----- Não devia ser preciso explicar, como fez António Guterres, que quem quer por bombas vem de avião, não se mete em barcos que podem afundar. -----

----- Não devia ser preciso explicar que apoiar e quem foge da guerra, da fome e da pobreza, não implica deixar de apoiar aqueles que entre nós precisam também de solidariedade. -----

----- Não devia ser necessário relembrar Sigmund Freud, George Weah, Rudolf Nureyev, Albert Einstein, George Sholty, Nadia Comaneci, Henry Kissinger, Marlene Dietrich, todos eles refugiados recentemente evocados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, num comovente vídeo. -----

----- Não devia ser necessária a fotografia de uma criança morta numa praia a circular nas redes sociais para despertar consciências. -----

----- Nada disto devia ser necessário, mas ainda é. -----

----- Ainda é necessário explicar que a solidariedade entre os povos e a paz são propósitos de civilização. -----

----- Ainda é necessário esclarecer que a solidariedade entre as pessoas, entre seres humanos é um pressuposto de uma sã coletividade, num quadro de respeito pela dignidade da pessoa humana. -----

----- Ainda é necessário lutar para que a civilização se cumpra e os egoísmos sejam vencidos pelo humanismo e pela fraternidade. -----

----- Mas há as palavras e há a ação. -----

----- Andou bem a Câmara Municipal de Lisboa em, sem tardar, disponibilizar meios para o acolhimento de refugiados na cidade, em especial, andou bem a câmara em fazê-lo, mostrando claramente que é possível sem abolir com os apoios que a Câmara Municipal e a rede social de Lisboa atribuem aos já residentes no nosso território. Andou bem a Câmara Municipal ao dar o mote para que outras autarquias avançassem no mesmo caminho, demonstrando o fulgor do poder local democrático e a grandeza de espírito dos autarcas locais. -----

----- A Junta de Freguesia de Alvalade, a que tenho imensa honra de presidir, juntou-se à iniciativa com o contributo que pode, assim o fez também a Junta de Freguesia de Arroios, numa iniciativa mobilizadora do tecido económico local. -----

----- Fazemo-lo, na esperança de que outras autarquias na cidade e no País, se possam associar a um movimento que de freguesia em freguesia, de concelho em concelho, de português em português, possa ganhar escala, mostrando a riqueza interior deste povo e a sua disponibilidade, para mesmo em tempos de crise e de incerteza, cumprir o seu dever civilizacional, mesmo quando lhe faltou solidariedade dos seus estados mais próximos. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não devia ser preciso haver refugiados, mas, infelizmente ainda é. -----

----- Um dia há de deixar de ser.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa pergunta então à bancada se alguém quer interpelar o Senhor Deputado André Caldas? -----

----- Não vejo pedidos de palavra. -----

----- Pergunto à bancada da Câmara se alguém vai falar? -----

----- Senhor Vereador João Afonso, Vereador dos Direitos Sociais, faça favor.” -----

----- **O Senhor Vereador João Afonso** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

----- “O tema dos refugiados está na ordem do dia e queria saudar esta Assembleia, todos os grupos que o referiram em que discutiram hoje à tarde.-----

----- A Câmara Municipal de Lisboa, como é do vosso conhecimento e é do conhecimento público, tomou a iniciativa de criar um fundo de apoio aos refugiados de 2 milhões de euros. E essa iniciativa parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que hoje não pode estar aqui presente, mas parte também de um trabalho, acompanhamento de um trabalho que tem vindo a ser feito ao longo do tempo. -----

----- Lisboa tem uma casa de refugiados para as crianças, é um espaço municipal com o qual Lisboa não só cedeu o espaço, como contribuiu para a sua recuperação e ao longo dos últimos anos tem sido a única entidade financiadora desse centro de acolhimento para crianças refugiadas. Tem também protocolos com a JRS, com o próprio CPR e um programa de protocolo, um protocolo com as entidades de imigrantes e de apoio aos refugiados, para o apoio à reinstalação de refugiados em Portugal.-----

----- É uma realidade com que nós temos de trabalhar e que trabalhámos ao longo dos últimos meses, no âmbito do plano local de integração dos imigrantes, Plano Municipal de Integração dos Imigrantes, em que alguns dos seus objetivos, alguma das suas ações, visam dar respostas às necessidades dos refugiados que já cá estão. Na verdade o problema com que se confrontam muitos dos refugiados que já estavam cá neste País, é a integração na nossa comunidade, é a língua Portuguesa, é o reconhecimento das qualificações e é tudo o que isso significa, quer em termos de emprego, em termos de trabalho, em termos de dignidade no seu dia-a-dia. -----

----- Estamos a falar de uma nova dimensão. Lisboa no último ano recebeu 15 refugiados. Estamos a falar de 300, de 1500, e isso é uma dimensão para o qual temos muito que trabalhar e para o qual temos muito que cooperar e trabalhar em conjunto para o atingir. Obviamente, e acho que é do conhecimento de todos, essas responsabilidades do acolhimento e da contratualização entre o Estado Português e a ONU sobre o número de refugiados que chegam a Portugal, não passa pelos municípios, até agora não passou pelos municípios. E, portanto, creio que é muito significativo quando os municípios portugueses e não só Lisboa, dizem que estão presentes e que estão disponíveis para acolher. -----

----- Nós estamos a falar de uma realidade complexa, estamos a falar de pessoas que tiveram a sua vida organizada como a nossa, tiveram as suas famílias, tiveram as suas casas, tiveram os seus trabalhos, tiveram a sua cidadania ativa nos seus países e, de repente, por motivos que muitos deles não tiveram qualquer intervenção, ficaram sem as suas vidas. Com todos esses traumas, todas essas dificuldades e que, ao longo de muitos anos, muitos deles, passaram por campos de refugiados e sofreram todos, para além do trauma da guerra, os traumas dos campos de refugiados. É disso que estamos a falar, do que é a instalação, pessoas que precisam de ser acompanhadas, precisam de ser apoiadas, precisam que lhes deem acesso a uma nova vida e a uma possibilidade de recuperar algo que perderam e que não será recuperado na totalidade. -----

----- A ideia de refugiado na cultura, na nossa cultura Ocidental, a nossa cultura que agora foi citada pelo André, pelo Senhor Deputado André Caldas, parte muitas vezes da ideia que há um regresso, mas também muitos dos exemplos que falou, foram exemplos de pessoas que não regressaram, reconstruíram a sua vida. Muitos dos casos, possivelmente a maioria dos casos que estamos a falar agora, são guerras que se prolongam há muitos anos, de civilizações que estão, de cidades e de populações que se estão a deixar, estão a desaparecer e muitas dessas pessoas ficarão em Portugal, portanto, temos que nos preparar para os integrar.-----

----- Eu creio que para uma cidade como Lisboa, que tem um problema grave de envelhecimento, tem um problema grave demográfico, a chegada de novas pessoas é sempre um motivo de festa, é sempre um motivo para comemorar. Não estamos a falar de refugiados, eu espero que estejamos a falar de novos lisboetas e é isso que nós queremos, novos lisboetas. Porque não queremos inventar novos serviços para estes refugiados, queremos ter capacidade de os receber, de os acolher, de os preparar para viver nesta cidade, neste País, mas queremos que em breve eles sejam novos lisboetas e que os serviços que nós damos a todos os lisboetas, àqueles que, em primeiro lugar àqueles que são mais carenciados, sirvam também aos novos lisboetas que aqui chegam e que deixem de os servir como todos os nossos serviços, para os mais carenciados temos como princípio e objetivo que deixam de ser necessários para essas pessoas.-----

----- Não estamos a inventar nada de novo, queremos que aquilo que já existe sirva também para estas pessoas com o complemento que eles não têm. A língua portuguesa, o reconhecimento de qualificações, a mediação para os serviços básicos que são os serviços públicos, sejam os nossos municipais, sejam os do Estado, nomeadamente e principalmente os serviços de saúde. Queremos que eles sintam, sintam aqui, na medida das nossas possibilidades e das nossas capacidades, em casa. --

----- É um programa para durar muitos anos e que esperemos que todos estejamos à altura de trabalhar ao longo de todos esses anos. Eu creio que não só a Câmara Municipal de Lisboa, mas todas as juntas de freguesia da nossa cidade vão ser necessárias para responder ao dia-a-dia, montar um programa genérico para 300/500 pessoas, traçar um plano que vai ser possível.-----

----- O problema vai ser o dia-a-dia o problema de uma qualquer pessoa que vai a um centro de saúde para receber, com o seu filho para receber uma vacinação e quem está lá não percebe o que ela quer, a pessoa que chega à escola e que não percebe qual é o problema que o seu filho tem e às vezes o seu filho em três meses aprende um português básico e essencial, mesmo sem qualquer mediação os pais demoram mais tempo a aprende-lo. As crianças integram-se, fazem amigos, um adulto não é em três meses, não é em seis meses que se integra e cria os seus laços de convivialidade. -----

----- É tudo isto que nós estamos a falar e, portanto, vamos ser todos necessários, obviamente que a Câmara Municipal de Lisboa mostrou a sua disponibilidade, mostrou-se disponível para aumentar, para receber mais do que aqueles que estavam previstos, mas, neste momento, de facto ainda estamos a falar de dados muito vagos e não sabemos se serão 300, se serão 500, mas cá estaremos, todos os serviços do

Município de Lisboa e todos aqueles que serão necessários, estaremos disponíveis para apoiar na contratualização com as mais diversas instituições de carácter voluntário e que aquilo, tudo aquilo que necessita de despesa para o montar e começar a funcionar o mais rapidamente possível. E mais uma vez felicitar-vos a todos pela vossa e agradecer a vossa preocupação e empenho nesta causa, obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados chegámos ao fim do período de declarações políticas, temos agora votações, portanto, eu chamava a vossa atenção. -----

----- Estão em cima da mesa para votação, quatro moções. Três delas sobre a questão dos refugiados, é a Moção n.º 1/80, a Moção n.º 2/80 e a Moção n.º 4/80. A Moção n.º 1/80 é do PCP, a Moção n.º 2/80 é do PSD e a Moção n.º 4/80 é do BE e depois temos uma moção apresentada pelo PEV contra a privatização da água. -----

----- Se o PEV não vir inconveniente, votaremos as três moções de seguida e depois votamos a moção da água-----

----- Depois nas recomendações, há recomendações concretas do BE sobre o acolhimento de refugiados, que também iremos votar e havia uma recomendação que como já informei foi retirada. Portanto, Senhores Deputados, neste momento vamos votar a Moção n.º 1/80 do PCP, sobre a situação dos refugiados e migrantes na Europa, vou pôr à votação. -----

----- Senhor Deputado Modesto Navarro?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra questionou:-----

----- “Não queremos levantar este problema com o objetivo de obstar à votação de todos os documentos, mas num documento que a Senhora Presidente nos enviou, dizia que a recomendação, portanto, os documentos do Bloco de Esquerda tinham entrado fora de tempo. -----

----- Eu penso, nós votaremos favoravelmente que elas sejam aceites e que sejam votadas, mas a Senhora Presidente, até agora, ainda não referiu esse facto. -----

----- Já referiu? -----

----- Então peço desculpa.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado eu referi no início da Sessão, mas fez bem em lembrar porque agora é que é a parte deliberativa.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra retorquiu: -----

----- “Penso que de facto era a altura de colocar à Assembleia a aceitação ou não.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem razão e, portanto, é oportuno e antes de passarmos à votação, eu pergunto se algum Grupo Municipal ou algum Senhor Deputado, objeta a que seja considerada a Moção n.º 4/80 e a Recomendação n.º 2/80 que o BE apresentou 34 minutos ou 39 minutos depois do prazo?-----



----- Não vejo objeções, portanto, está aceite a deliberação da Mesa e vamos então pôr à votação a Moção n.º 1/80 do PCP, sobre a situação dos refugiados e migrantes na Europa. -----

----- Sim?-----

----- Há aqui um problema de numeração não é?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não, foi uma falha minha. É que eu deveria ter entregue na Mesa um aditamento, em que além das entidades a que se enviava a Moção caso seja aprovada, ela incluía o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a ONU. -----

----- Portanto, eu é que tinha essa tarefa, mas não cumpri.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado é pacífico e fica registado, portanto, é com este aditamento que nós vamos pôr a Moção n.º 1/80 à votação.-----

----- (A *Moção n.º 1/80 – ‘Sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa’*, apresentada pelo PCP, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/80**, apresentada pelo PCP. A Moção n.º 1/80 foi **aprovada**, com abstenção de PS e votos a favor de PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPN não esteve presente nesta votação) -----

----- Vamos passar então à votação da Moção n.º 2/80, apresentada pelo PSD, que propõe na sua parte deliberativa, propõe a criação do grupo de trabalho como foi aqui explicado pelo Senhor Deputado Vítor Gonçalves.-----

----- (A *Moção n.º 2/80 – ‘Somos todos refugiados’*, apresentada pelo PSD, fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 2/80**, apresentada pelo PSD. A Moção n.º 2/80 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPN não esteve presente nesta votação) -----

----- Relativamente à Moção n.º 4/80 do BE, o CDS-PP pede para votar em separado. O Senhor Deputado do MPT pede para ser toda votada por pontos, portanto, ela tem 4 pontos, para serem os pontos individualmente. Vamos então votar o 1º Ponto da Moção n.º 4/80, para que estejam todos cientes o que ele diz é ‘Manifestar a sua solidariedade para com os refugiados’, é isto que vamos votar. -----

----- (A *Moção n.º 4/80 – ‘Pela solidariedade e contra a Europa fortaleza’*, apresentada pelo BE, fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 1 da Moção n.º 4/80**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º 1 da Moção n.º 4/80 foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPN não esteve presente nesta votação) -----

----- Ponto n.º2 ‘Apelar ao Governo Português para que altere a sua postura face a esta crise e que envie todos os esforços para garantir todas as condições necessárias para o bom acolhimento dos refugiados’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Moção n.º 4/80**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º 2 da Moção n.º 4/80 foi **aprovado**, com os votos contra do PSD e CDS-PP, abstenção do MPT e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPB não esteve presente nesta votação)-----

----- Vamos pôr o Ponto n.º 3 à votação, ‘Declarar o seu empenho e disponibilidade para fazer parte da solução, nomeadamente apelando à criação de uma rede de cidades-refúgio’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 3 da Moção n.º 4/80**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º 3 da Moção n.º 4/80 foi **aprovado**, com abstenção do MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPB não esteve presente nesta votação)-----

----- Ponto n.º 4 ‘Declarar Lisboa cidade de acolhimento de refugiados’.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 4 da Moção n.º 4/80**, apresentada pelo BE. O Ponto n.º 4 da Moção n.º 4/80 foi **aprovado**, com o voto contra do MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- (O Grupo Municipal do PNPB não esteve presente nesta votação)-----

----- Senhores Deputados atendendo a que o que acabámos de deliberar sobre estas matérias, não é contraditória a parte deliberativa das várias...o Senhor Deputado do CDS-PP pede a palavra para?-----

----- Fará uma Declaração de Voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Diogo Moura (CDS-PP)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP, declara que votou favoravelmente os pontos 1,3 e 4:-----

----- 1. Contudo, e embora concorde com estes pontos da parte deliberativa do texto do Bloco de Esquerda, entende que numa matéria que deveria ser de consenso generalizado, o BE aproveita, mais uma vez, a desgraça alheia para fazer campanha eleitoral.-----

----- 2. Repudiamos veementemente os considerados desta Moção, porque o assunto é humanitário, é sério, e merece todo o empenho de quem tem e assume responsabilidades no Governo e na sociedade civil, coisa a que o BE se furta, de forma constante e voluntária.-----

----- 3. Afirmamos que Portugal vai receber mais de 3.000 refugiados, o dobro do que estava previsto, motivo de sobra para reprovar este tipo de conduta bloquista.-----

----- Pelo Grupo Municipal-----

----- João Diogo Moura”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu estava a esclarecer que a operacionalização destas moções, irei agora depois em sede de conferência de representantes ver com os Senhores Deputados, com o Senhores representantes, como é que operacionalizamos porque a criação do grupo de trabalho isto agora implica desenvolver esta tarefa, que aliás a Mesa já tinha esta incumbência por deliberação anterior da Assembleia, no sentido de fazer contactos com a plataforma e com todos os movimentos e que já estamos a fazer. E, portanto, iremos acompanhando isto na conferência de representantes, para operacionalizar as deliberações que acabámos de tomar.-----

----- Vamos pôr agora à votação a Moção n.º 3/80, que é a moção do PEV, que se intitula ‘Contra a privatização da água’.-----

----- (A **Moção n.º 3/80 – ‘Contra a privatização da água’**, apresentada pelo PEV, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 3/80**, apresentada pelo PEV. A Moção n.º 3/80 foi **aprovada**, com votos contra de PSD, CDS-PP e votos a favor de PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNPN e 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- O Senhor Deputado do PNPN já retomou o seu lugar na sala, portanto, também votou. -----

----- Vamos pôr agora à votação a Recomendação n.º 2/80, uma vez que a Recomendação n.º 1/80 foi retirada, que é novamente sobre acolhimento de refugiados e é apresentada pelo BE. -----

----- (A **Recomendação n.º 2/80 – ‘Por medidas abrangentes e duradouras de acolhimento de refugiados’**, apresentada pelo BE, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante)-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 2/80**, apresentada pelo BE. A Recomendação n.º 2/80 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Portanto, terminámos as declarações políticas e respetivas votações, a Mesa depois irá acompanhar o desenvolvimento do que foi aqui aprovado.” -----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 342/CM/2015 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO NO PARQUE EDUARDO VII E CONSTITUIÇÃO DE UM DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A MESMA PARCELA E SOBRE O PAVILHÃO CARLOS LOPES, NELA IMPLANTADO, A FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS O) E I) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 2ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (A **Proposta 342/CM/2015 – ‘Desafetação do domínio público de parcela de terreno no parque Eduardo VII e constituição de um direito de superfície sobre a mesma parcela e sobre o pavilhão Carlos Lopes, nela implantado, a favor da**

*Associação de Turismo de Lisboa*’, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- (A *Parecer da 1ª e 2ª Comissões Permanentes* relativamente à *Proposta 342/CM/2015*, fica anexado à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar agora a apreciação da Proposta 342/CM/2015, da Câmara Municipal de Lisboa, ‘Desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de terreno, sita no parque Eduardo Sétimo à Avenida Sidónio Pais e a constituição de um direito de superfície sobre a mesma parcela e sobre o pavilhão Carlos Lopes, nela implantado, a favor da Associação de Turismo de Lisboa’.

----- A Mesa recorda...eu precisava que o Senhor Vereador...antes já lhe vou dar a palavra. O Senhor Vereador Manuel Salgado depois tem que sinalizar, porque irá ser chamado para fazer a apresentação da proposta. -----

----- Eu antes de passar palavra ao PCP, lembrar que eu distribuí no início da Sessão uma resposta da ATL sobre esta matéria, que porque deficiência do meu gabinete devia ter sido distribuída mais cedo e só foi distribuída hoje. E, portanto, eu chamei a atenção para os Senhores Deputados, para saber se precisam de mais tempo para apreciar aquela informação ou não de qualquer maneira é agora o momento de o dizerem, se precisam de tempo ou não.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente realmente o documento é relevante, tem questões críticas da nossa apreciação e achamos que é um documento que deveria ser apreciado, particularmente na 1ª Comissão para as questões financeiras e que implica, e que todos deveríamos aprofundar essa discussão.-----

----- Não é um documento de circunstância, é um documento preparado, com justificações aprofundadas.-----

----- Víamos com bons olhos que fosse adiado este tema para a 1ª Comissão fazer uma reapreciação do documento enviado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto se algum Senhor Deputado tem posição diferente ou tem alguma coisa a dizer sobre esta matéria?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, apenas para dizer que secundamos esta posição do PCP, sobretudo porque este momento tem dados muito relevantes, tem preços por área, iniciativas várias que a Associação Turismo de Lisboa se propõe fazer no Pavilhão Carlos Lopes. E, portanto, influencia muito a análise que devemos fazer desta proposta e consequentemente a decisão que vamos tomar sobre esta questão.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Gostaria de saber depois a Câmara se há alguma objeção em relação a esta possibilidade e o documento ser apreciado em sede de comissão?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lages (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PS não vê motivo face a junção dos documentos, uma vez que aquilo que foi discutido em sede da 1ª e da 2ª Comissão, foram colocadas algumas questões e essas questões foram questões que foram respondidas e foram questões que estão respondidas através da junção destes documentos. -----

----- Mas foram questões que aparentemente não revestem assim este carácter de especificidade técnica e que vão impedir a continuidade do processo e, portanto, o adiamento parece-nos ser apenas um protelar desta situação que vai, aliás, de encontro aparentemente àquilo que é contrário, àquilo que foi o sentimento expressado por todas as forças políticas em sede das duas comissões, que é efetivamente estarmos todos a favor da recuperação do pavilhão. -----

----- E, nesse sentido, aquilo que me parece é que adiarmos a discussão e a votação desta proposta aqui hoje, vai de encontro não àquilo que era o sentimento daquilo que ficou em sede de comissões, mas de uma outra qualquer agenda. -----

----- Os documentos que tinham sido pedidos foram entregues e acho que estamos naturalmente em condições de votar, porque as questões que foram colocadas são respondidas pelos documentos que já tivemos, naturalmente, tempo também de analisar no decorrer da sessão, porque foram questões de pormenor que foram colocadas e que os documentos aqui dão cabalmente resposta. -----

----- E, por isso, o PS defende que deve ser naturalmente analisado e votado hoje.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado quem suscitou problema de poder ser necessário tempo...já vos vou dar a palavra...ser necessário tempo para analisar o documento, fui eu, quando me apercebi do erro cometido pelo meu gabinete. -----

----- Isto documento devia ter sido distribuído quando chegou à Assembleia Municipal e não foi, eu estava de férias, houve um lapso, não me entregaram o documento, não o enviaram, eu só o vi hoje. Eu própria não tive tempo de o analisar. -----

----- Por isso fui que suscitei o problema, não foram os Senhores Deputados que agora falaram antes do Senhor Deputado Manuel Lage que suscitaram o problema. -----

----- Portanto, eu sinto em consciência e tenho o dever de o dizer que houve aqui um erro da Mesa e, portanto, esta matéria, é minha opinião, carece de reflexão. -----

----- O PS diz que não precisa de mais reflexão, já refletiu, tudo bem, outros partidos poderão ter a mesma opinião, tudo bem. Iremos naturalmente votar e veremos qual é o resultado da deliberação da Assembleia, uma vez que eu própria não vou tomar parte nessa votação, o erro foi meu, portanto, não posso fazer outra coisa, na minha opinião, em consciência com aquilo que fiz. -----

----- Quem é que mais pede a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu fiz uma leitura do documento aqui, exatamente há coisa de meia hora. E obviamente detetei dois aspetos, que têm o peso suficiente para haver a análise circunstanciada, sobretudo da 1ª Comissão. -----

----- Tem a ver com os preços praticados em relação ao aluguer da totalidade do pavilhão que atingem quase 10 mil euros por dia, 9600 e tantos euros, e depois preços parciais de 2 mil e tantos euros, 3 mil, etc., etc. Ou seja, inviabiliza uma intervenção e uma participação democrática da quase totalidade das instituições da cidade de Lisboa, na ocupação do pavilhão dos desportos. -----

----- E mais ainda, diz a Associação de Turismo que dada, enfim, a necessidade de rentabilizar o pavilhão, até nas contrapartidas para a Câmara, devem ser, está lá numa alínea, devem ser utilizadas sobretudo nas épocas baixas. -----

----- Está no documento e, portanto, este documento deve merecer, de facto, uma atenção muito séria. Das duas uma, ou a gente está aqui a favorecer diretamente grandes negócios e grandes rentabilidades ou está a procurar soluções de uma rentabilidade democrática e eficaz para a cidade de Lisboa.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Vítor Gonçalves pediu a palavra, a Mesa gostava que a Câmara se pronunciasse, uma vez que esta matéria a Câmara tem sido o interlocutor principal da ATL e era importante saber a opinião da Câmara.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu compreendo perfeitamente as perplexidades do PCP em relação àquilo que foi agora entregue, na medida que é um documento pesado, um documento com muita informação e que tem importância fundamental para poderem tomar uma decisão em relação àquilo que é a perspetiva que o PCP tem nesta matéria. -----

----- Mas em relação ao PSD a perspetiva que ele tem desta matéria não necessita sequer desse estudo, na medida em que considera tudo isto uma aberração. E como considera uma aberração esta proposta, independentemente do estudo ou sem estudo, a nossa posição será sempre a mesma.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu pedia para sermos breves agora, porque temos que resolver esta questão.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria apenas dizer que mesmo no 1º parágrafo deste texto, que nós como políticos e fazedores de política lemos de uma maneira relativamente rápida e assertiva, este não é um texto complexo é apenas o consubstanciar do que ouvimos na reunião da audição do presidente da ATL. Portanto, não é nada de novo é apenas o consubstanciar e o elencar de coisas que foram ditas na sequência das nossas propostas. -----

----- Mas chama a atenção apenas para a primeira página, diz isto, ‘Para os devidos efeitos comunica a Vossa Excelência que a direção da Associação de Turismo de Lisboa, Visitors e Convencion tal, tal, deliberou na sua reunião do passado dia 28,

aprovar as condições constantes da Proposta 342/2015 da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, aquilo que a câmara deliberou está aceite pela ATL. -----

----- Esta era a nossa dúvida. Claro que estará sempre incompleto para quem, de facto, não quer, e desculpem-me, que o Pavilhão Carlos Lopes não caia. Quer dizer, eu não entendo isto, há um protelar, houve um protelar na reunião, houve um protelar das reuniões, neste momento está aqui este documento. Nós somos políticos, nós lemos isto atentamente e de uma forma rápida, não brinquemos, o pavilhão está em risco de cair. -----

----- Temos uma proposta concreta, quem não é a favor poderá...eu peço que seja votado e votaremos e vemos o que é que se passa. -----

----- Isto é incrível.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhores Deputados eu pedia que fossem breves, porque já foram apresentados argumentos num sentido e no sentido contrário, a falta ouvir o Senhor Vereador, portanto, vamos ouvir dois Senhores Deputados que se inscreveram, depois o Senhor Vereador, a Senhora Deputada Irene Lopes da 1ª Comissão também pediu a palavra e eu já vi, vamos ouvi-los a todos. Fui eu que introduzi esta perturbação pelo erro que cometi, portanto, agora tenho de pagar o preço, vamos embora.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria chamar a atenção do seguinte, o papel que está aqui distribuído pela Senhora Presidente, foi depois, havia ser distribuído posteriormente a dia 3 de Agosto. Julgo que estaríamos todos de férias e o que é facto, não vejo qual é a sensibilidade do PS para o seguinte facto, é que o nosso parecer, da 1ª e 2ª Comissão é do dia 10 de Julho, portanto, quase um mês antes de nós conhecermos este facto.-----

----- Daí que eu não sei se não estaremos na realidade a interpretar a sensibilidade da 1ª e 2ª Comissão quando o parecer é o Dia do 10 de Julho. Acho que teríamos condições, haveria que dar condições a esta Assembleia, nomeadamente à 1ª e 2ª Comissão, mais à 1ª, para fazer uma análise mais factual deste documento e depois então completar o parecer, completar o parecer e dar no fundo o parecer final em relação a esta proposta e vir aqui” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rápido, nós começámos, eu pessoalmente, comecei por fazer exatamente a mesma leitura que a nossa colega Ana Gaspar, mas depois falta ler o parágrafo seguinte que ela não leu, e diz assim, que eu também só li no final...não, o último parágrafo não, que diz assim, ‘aproveito para enviar o plano de exploração do Pavilhão Carlos Lopes, igualmente aprovado pela direção desta associação na mesma reunião do dia 28 de Julho’, enquanto ela só leu o 1º parágrafo que diz ‘Deliberou aprovar as condições da proposta da Câmara’, mas há um facto novo aprovado pela ATL no dia 28 de Julho.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)** na qualidade de Presidente da 1ª Comissão Permanente, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria esclarecer, como Presidente da 1º Comissão, que o que foi decidido na comissão foi pedir alguns elementos adicionais, algumas forças políticas entendiam isso e, portanto, resolveu-se pedir esses esclarecimentos adicionais à intervenção do diretor da geral da Associação Turismo de Lisboa.-----

----- Ficou decidido, isso era independente do parecer que tinha a ver com o direito de superfície. Ficou absolutamente claro e foi no dia 10 de Julho e ficou absolutamente claro que isso era adiado para Setembro, a discussão na Assembleia Municipal.-----

----- A mim, quando muito o que poderia acontecer era se algumas das forças políticas quisessem ver melhor o documento da Associação de Turismo, pronto, adiasse para a semana. Agora, voltar à comissão? O parecer da comissão incide sobre a proposta que nos foi apresentada e essa, a maioria das forças concluiu que estava esclarecida sobre o assunto.-----

----- Portanto, se as forças políticas que aqui estão que, desde o princípio, estiveram contra todo este processo, querem mais algum tempo para estudar, tudo bem, mas a minha opinião como presidente da Comissão, é que não faz sentido voltar, porque foi analisada a proposta nos seus devidos termos. Foi ouvido quem de direito, quer o Vereador Manuel Salgado, quer o Presidente da ATL e, portanto, o parecer foi feito em conformidade, seguiu-se exatamente aquilo que foi dito e que foi sugerido, que era alguns esclarecimentos adicionais ou concretização, na medida em que muitas das coisas que estão nesse plano foram enunciadas pelo diretor-geral na própria reunião. Agora depende das forças políticas concordarem ou não concordarem.-----

----- Era só isso que eu queria dizer.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Mesa estava aqui em conversações, o entendimento que estávamos aqui a ter, mas não há unanimidade na Mesa, era que eventualmente não será necessário baixar novamente à comissão, mas poderia ser reagendado para a semana que vem para todos os Grupos poderem analisar o documento com calma.-----

----- Portanto, sem qualquer reunião adicional das comissões, mas com tempo para analisar os documentos.-----

----- Pergunto se isto vos satisfaz ou não?-----

----- E vou ouvir o Senhor Vereador entretanto.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu faço minhas as palavras de alguns dos Senhores Deputados, nós, de facto, estamos numa história de adiamentos, sobre adiamentos, sobre adiamentos e o Pavilhão Carlos Lopes a degradar-se e, portanto, é de facto urgente de encontrar uma solução para este caso.-----

----- Na nossa opinião, os elementos que foram entregues pela Associação Turismo de Lisboa pouco acrescentam ao que foi aqui expresso pelo diretor-geral da ATL na reunião que teve na comissão. Porém, como foi dito pela Senhora Presidente da 1ª Comissão, a Comissão de Finanças se, de facto, o adiamento for um adiamento por uma semana para que se possa que votar esta proposta, a Câmara não tem nenhuma objecção. Agora, de facto, adiar mais uma vez, baixando às comissões e voltando a



reapreciar todo este processo, é um adiamento que não consideramos que faça qualquer sentido e que só prejudica, de facto, o interesse público.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso que ouvidas estas intervenções todas, a proposta da senhora presidente da 1ª Comissão é aquela que é a Mesa segue neste momento, é que se reagende o assunto para a semana que vem, mas sem baixar novamente à comissão. Portanto, dado tempo a todos os grupos de apreciarem estes documentos adicionais e tomarem as suas decisões em conformidade. -----

----- Alguém põe objeções a esta proposta?-----

----- Não vejo objeções a esta proposta, portanto, Senhores Deputados assim se fará e mais uma vez me penalizo pelo erro que podia ter sido evitado, se o meu gabinete tivesse atuado como deve ser e eu também.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 464/CM/2015 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, PARA A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS, BALASTROS E IGNITORES, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º E ARTIGO 22.º AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO, APLICÁVEIS POR FORÇA DA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 14.º DO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO E A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta 464/CM/2015 – ‘Alteração da repartição de encargos e emissão de autorização prévia, para a alteração da assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do concurso público, com publicidade internacional para aquisição de lâmpadas, balastros e ignitores’, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante)-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 465/CM/2015 – ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA, PARA A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL PARA REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 24.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 18.º E ARTIGO 22.º AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO, APLICÁVEIS POR FORÇA DA ALÍNEA F) DO N.º 1 DO ARTIGO 14.º DO**

**DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO E A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.**-----

----- (A Proposta 465/CM/2015 – ‘Alteração da repartição de encargos e emissão de autorização prévia, para a alteração da assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do concurso público, com publicidade internacional para reparação e instalação de equipamentos de iluminação pública em Lisboa’, apresentada pela CML, fica anexado à presente ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar então às propostas seguintes, são questões simples, peço a atenção dos Senhores Deputados. -----

----- A Proposta 464/CM/2015 é uma alteração de repartição de encargos e a Proposta 465/CM/2015 é também uma alteração da repartição de encargos. A primeira sobre um concurso de aquisição de lâmpadas, balastros e ignitores, e a segunda reparação e instalação de equipamentos de iluminação pública em Lisboa.-----

----- A Mesa não tem inscrições para nenhuma destas propostas, julgo que dispensamos a sua apresentação e, portanto, vamos passar de imediato à votação.-----

----- Atenção Senhores Deputados vamos passar a votações. -----

----- Senhores Deputados, podemos votar? -----

----- Estamos em condições de votar? -----

----- Pedia a vossa atenção Senhores Deputados, vamos votar da repartição de encargos da Proposta 464/CM/2015, lâmpadas, balastros e ignitores.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 464/CM/2015**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 464/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Proposta 465/CM/2015 é também uma alteração da repartição de encargos, mas neste caso para reparação e instalação de equipamentos de iluminação pública em Lisboa.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 465/CM/2015**, apresentada pela CML. A Proposta n.º 465/CM/2015 foi **aprovada**, com abstenção de PSD e votos a favor de PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP e 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN não se fez representar nesta reunião)-----

----- Senhores Deputados é mais uma informação que eu tenho que dar. Chegou também ao meu conhecimento, embora com atraso e eu já o fiz chegar ao BE, o parecer do departamento jurídico relativo a duas propostas que o BE pediu o agendamento, sobre a invalidade de normas relacionadas com o nosso regulamento de taxas de experiência e outras receitas municipais, relativas à taxa de proteção civil e à taxa de turismo. -----

----- Eu mandei baixar o parecer do departamento jurídico à 1ª Comissão juntamente com as propostas do Bloco de Esquerda para serem apreciadas e, portanto,

naturalmente terão que ouvir o Senhor Vereador. Esta matéria será agendada na primeira sessão de Outubro.-----

----- Para a semana já temos a agenda completa, é uma sessão ordinária, há PAOD, eu recorde que o novo regimento, as alterações ao regimento, entraram em vigor e, portanto, os documentos para o PAOD da semana que vem têm que ser entregues na sexta-feira, portanto, tomem atenção a isto, é na sexta-feira que têm que entregar os documentos para o PAOD. Temos a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara. Temos esta Proposta n.º 342/CM/2015 e há mais uma proposta urgente que a Câmara me pediu, que é uma delegação de competências e uma repartição de encargos para refeições escolares que também baixou para ser apreciada pela 1ª e pela 5ª Comissão com urgência, portanto, é este o trabalho que temos à nossa frente. -----

----- Muito obrigada, Senhores Deputados.”-----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e vinte minutos. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----